

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO-SENSU

**EXPERIMENTAÇÕES CLÍNICO-GRUPAIS NA UNIVERSIDADE:
A CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS COLETIVAS**

ESTELA CARDOSO PEREIRA

CLÍNICA E SUBJETIVIDADE

Mestrado em Psicologia

Orientadora: Prof. Dra. SÍLVIA TEDESCO

Niterói

2025

**EXPERIMENTAÇÕES CLÍNICO-GRUPAIS NA UNIVERSIDADE:
A CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS COLETIVAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação Stricto-sensu do Instituto de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

A ser submetido à defesa em 24 de outubro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Sílvia Helena Tedesco – Orientadora
Universidade Federal Fluminense

Profa. Dra Cristina Rauter
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dra Silvana Mendes
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dra Daisy Seabra de Queiroz
Universidade Estácio Sá

Niterói
2025

DEDICATÓRIA

À minha família e amigos, pelo incentivo e carinho sempre presentes.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha família, meus pais Priscila e Milton pelo apoio, compreensão e incentivo constante ao longo de toda minha trajetória acadêmica. Sem o carinho e a confiança de vocês, este trabalho não teria sido possível.

Ao meu companheiro, Leonard, por todo incentivo e suporte. Suas palavras e parceria foram fundamentais para atravessar os desafios desse processo.

Aos amigos, que estiveram presentes nos momentos de dúvidas, reflexões e conquistas, meu sincero reconhecimento.

À minha orientadora, Silvia Tedesco, agradeço pelo acompanhamento, dedicação e pelas valiosas contribuições, que possibilitaram o amadurecimento acadêmico e pessoal necessário para a realização desta dissertação.

Aos professores que participaram do meu percurso na pós graduação, me auxiliaram nos estudos e pesquisa, meu agradecimento.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a construção deste trabalho, seja por meio de conversas, abraços ou inspiração. Cada contribuição teve papel significativo nesta trajetória.

Na fogueira
Falamos sobre as vidas
Vida que foram vividas
Vida que vivemos
Vida que viveremos
Lá na fogueira
Falamos da arte de viver juntos.

Poema de fogueira
(Ana Mumbuca e Thomas Tanaka)

RESUMO:

Este estudo apresenta reflexões sobre a dimensão coletiva da clínica, o plano da multiplicidade, com base num estudo sobre o dispositivo clínico-grupal tendo como campo de pesquisa o tema do adoecimento de estudantes. O sofrimento dos universitários na atualidade vem chamando a atenção nos serviços de saúde mental e nos revela a relevância da aliança entre a concepção transdisciplinar da clínica e o pensamento da Análise Institucional, nos fazendo eleger tal sofrimento como analisador dos modos de funcionamento da universidade, ou seja, como questionamento dirigido à universidade. A partir da compreensão das questões que perpassam a saúde mental dos estudantes, propomos discutir modos de cuidado que se desenvolvam no plano do coletivo. Pautada na perspectiva ampliada da clínica e do manejo clínico-grupal, esta pesquisa busca favorecer a construção de narrativas coletivas como orientação ética da clínica-política e como estratégia de resistência dos estudantes frente aos processos de exclusão institucional. Como desdobramento desta ação de pesquisa foi implementado o GASEE (Grupo de Atenção à Saúde entre estudantes), um grupo terapêutico que tem como objetivo a construção de um espaço coletivo de cuidado entre estudantes, numa visão integral de saúde, no fortalecimento de redes e vínculos.

PALAVRAS-CHAVES: sofrimento universitário; grupos; clínica-política; narrativas coletivas; resistência.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA	15
O adoecimento de estudantes universitários	15
Ações afirmativas uma desconstrução da universidade	20
De onde venho?.....	22
EIXO I: A dimensão do coletivo.....	33
Formas plurais do singular	33
O grupo como dispositivo clínico-político.....	43
EIXO II: Caminhos da pesquisa: experimentações clínico-grupais	55
Grupos de Acolhimento	55
Reflexos da pandemia na saúde mental dos estudantes	66
Grupo de Atenção à Saúde entre Estudantes (GASEE).....	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	77

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o debate sobre a saúde mental de estudantes universitários tem ganhado visibilidade, impulsionado pelo aumento expressivo de casos de sofrimento psíquico e pela ocorrência de situações extremas, como tentativas e casos de suicídio. Esse fenômeno não pode ser compreendido de forma isolada ou restrita ao campo individual, pois se insere em um cenário mais amplo de transformações que atravessam as instituições de ensino.

A expansão e a reconfiguração da educação superior brasileira ocorreram sob forte influência da racionalidade neoliberal, que redefine o papel da universidade e o sentido da formação. Como aponta Carneiro (2020), essa racionalidade introduz lógicas de mercado na gestão acadêmica, atribuindo ao estudante a responsabilidade exclusiva pelo próprio desempenho e sucesso, enquanto precariza as condições institucionais de permanência. O espaço acadêmico passa, assim, a ser estruturado segundo critérios de produtividade, desempenho e competitividade, o que repercute diretamente na experiência estudantil e na saúde mental da comunidade universitária.

A intensificação das exigências acadêmicas, marcadas por lógicas individualistas, fragmenta os vínculos, as relações de pertencimentos com o espaço universitário, somada a isso a falta de investimentos governamentais reduzem recursos, criando um mal estar em toda comunidade acadêmica, corpo docente, discente e funcionários da instituição. Neste estudo estaremos voltadas para as questões que atravessam os estudantes, estudos recentes evidenciam que o sofrimento estudantil é produzido não apenas por fatores externos, mas também por dinâmicas internas às universidades, vinculadas ao gerencialismo e à mercantilização da educação. Essa configuração fragiliza redes de solidariedade e práticas coletivas que poderiam atuar como fatores de proteção.

A crise se aprofundou em anos recentes com cortes orçamentários, redução de bolsas, precarização da infraestrutura e ataques discursivos à educação pública. A pandemia de COVID-19, por sua vez, exacerbou desigualdades, acentuou a insegurança e enfraqueceu redes de apoio, impondo novas formas de pressão e isolamento. O cenário

resultante é aquele em que a frase “a universidade adoecer” ganha contornos concretos, expressando a percepção coletiva de que o sofrimento estudantil está enraizado em processos institucionais e estruturais.

Compreender o sofrimento psíquico no contexto universitário exige, portanto, uma análise que integre dimensões estruturais e subjetivas, relacionando os efeitos do neoliberalismo e do produtivismo acadêmico com as formas concretas de viver, estudar e se relacionar na universidade. Isso implica reconhecer que a saúde mental é atravessada por disputas, desigualdades históricas e tensões institucionais.

Neste contexto, esta pesquisa é desenvolvida na Universidade Federal Fluminense (UFF), uma instituição pública de ensino superior localizada em Niterói, no Rio de Janeiro, fundada nos anos de 1960. A UFF é considerada uma instituição de referência no Brasil, com 129 cursos ativos de graduação e 303 cursos de pós-graduação, possui mais de 70 mil estudantes segundo dados de seu site oficial. Neste cenário universitário específico, estaremos pensando e desenvolvendo ações acerca da saúde de seus estudantes, nas implicações que a instituição produz em seu corpo discente.

A presente pesquisa se insere nesse campo de discussão ao tomar como eixo a análise das formas de cuidado construídas na universidade, com especial atenção às experimentações clínico-grupais voltadas à produção de narrativas coletivas como estratégia de resistência e cuidado. Ao articular a perspectiva clínico-política com o trabalho de pesquisa, propõe-se investigar como práticas grupais podem tensionar as lógicas individualizantes e produtivistas que atravessam o espaço universitário, abrindo brechas para a construção de outras formas de estar, dizer e cuidar — formas estas que resgatam o sentido coletivo da vida acadêmica e reafirmam a universidade como espaço de encontro, solidariedade e criação de novos mundos possíveis.

O processo desta pesquisa foi se construindo junto as experiências de campo, com a formação dos grupos terapêuticos e a implementação do trabalho clínico-grupal com estudantes da graduação e pós-graduação. Inicialmente, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o tema do sofrimento psíquico de estudantes, o contato com estes estudos e pesquisas revelaram um grave estado de crise nas universidades brasileiras.

Nos trabalhos encontrados, a maior parte das produções trazem uma perspectiva individualizadora sobre o tema, trazendo correlações do adoecimento estudantil com fragilidades pessoais, dificuldades de adaptação ou deficiências emocionais dos sujeitos.

As associações desenvolvidas, de maneira geral, desconsideram os atravessamentos sociais, políticos e institucionais que configuram o sofrimento. Essa abordagem acaba por responsabilizar o indivíduo por um mal-estar que é desdobramento dos modos de funcionamento da própria instituição universitária.

Ao restringir a análise às dimensões psíquicas internas, isola-se a questão no indivíduo, sem levar em consideração os fatores psicossociais que compõem este complexo contexto de crise das universidades. Tais leituras invisibilizam a influência de fatores como o racismo estrutural, o elitismo acadêmico, a lógica meritocrática e a precarização das condições de permanência estudantil.

Assim, vamos desenvolver um trabalho clínico-político a partir do dispositivo grupal que fortaleça o entendimento coletivo da questão, a fim de romper com a individualização do sofrimento estudantil, na construção de novos agenciamentos com o espaço acadêmico. A pergunta “*como é ser/estar estudante?*” direcionou importantes pistas, com destaque para híbrida ocupação como pesquisadora-estudante-psicóloga, a questão colocada atravessa a pesquisadora, sendo está também estudante. Um atravessamento de imersão no campo de pesquisa, não há neutralidade na pesquisa. Desse modo entende-se que conhecer e pesquisar, não é representar o objeto ou processar informações acerca de um mundo supostamente já constituído, mas pressupõe implicar-se com o mundo, comprometer-se com a sua produção (ALVAREZ, PASSO, 2012).

Neste ato de pesquisar, incluímos às posições de pesquisadora e estudante com a prática em psicologia, como psicóloga. Busca-se refletir e interrogar o fazer da clínica ao afirmar a importância de sua dimensão coletiva. Numa aposta na inseparabilidade entre pesquisadora e campo de pesquisa, coloca-se em prática o constante exercício de implicar-se no território fazendo dele parte, para assim, poder mapear as forças que os constituem. A pesquisa, assim, torna-se também movimento de intervenção.

Este movimento de afetar e ser afetada se constrói com base no método cartográfico de pesquisa (PASSOS, KASTRUP, ESCÓSSIA, 2009), pensando seus efeitos e desdobramentos. Na busca por cartografar os processos de fazer da clínica, a partir da experimentação do dispositivo grupal como ferramenta potente, aciona-se o compartilhamento dos diferentes modos de lidar com vida. Ressalta-se a possibilidade de ampliar e coletivizar a prática clínica, ainda tão marcada pelo formato individual, privatista e excludente dos consultórios particulares.

Uma importante ferramenta de pesquisa, foi o diário de campo fundamental para o registro dos encontros e das atividades realizadas. O diário tornou-se um espaço de elaboração e análise sensível, um exercício de escuta de si e do outro. Nele, foi possível mapear as experiências produzidas no contato com o estar na universidade, ativando um olhar atento às micropolíticas do cotidiano e às forças que atravessam o campo.

O texto que segue está organizado em três momentos e elaborado partir de 2 eixos de análise, os quais se atravessam e dialogam ao longo da escrita. Primeiramente é apresentado a construção da temática da pesquisa, trazendo a cena do adoecimento de estudantes no contexto das universidades brasileira, a partir do levantamento bibliográfico realizado. Em seguida, temos o capítulo, *De onde venho?*, onde é a pesquisadora é apresentada, nos atravessamentos e implicações que o processo de pesquisa proporcionou.

No *Eixo I: A Dimensão do Coletivo* é trabalhada a ideia da dimensão do coletivo na clínica, partindo das formas plurais do singular, para acessar na multiplicidade a possibilidade de variação, de desvio ao instituído, de criação. Esta ideia é atravessada pela linguagem tomada em sua pragmática (TEDESCO, 2008), pois a linguagem é sempre coletiva. A narrativa está marcada pela coletividade de seu território, pois não há fala isolada, toda enunciação é atravessada pelo coletivo. Essa articulação entre narrativa, território e coletivo se desenvolve a partir das experimentações clínico-grupais trabalhadas ao longo desta pesquisa.

Para fundamentar essa articulação teórica, seguimos o pensamento crítico numa perspectiva transdisciplinar da prática clínica, usando como referência os estudos desenvolvidos por Felix Guattari reunidos no livro: *Psicanálise e Transversalidade: Ensaio de Análise Institucional* (2006). Nesta obra o autor trabalha o conceito de transversalidade e utiliza o dispositivo grupal visando potencializar a dimensão política da clínica através da coletivização das experiências até então percebidas como privadas, circunscritas ao sujeito e à sua realidade íntima, pretensamente independentes dos fatores histórico-políticos.

Outro conceito que ajudará a trabalhar esse tema será o *agenciamento coletivo de enunciação* (GUATTARI, 1999). No texto “Modos de resistência nas redes linguísticas”, Silvia Tedesco (2010) desenvolve e trabalha este conceito, operando na prática como dispositivo clínico-grupal. Nos indicando importantes modos de manejo nos grupos, com vistas à ampliação da abordagem clínica pretendida, ao incluir a dimensão

coletiva através da circulação das falas e das interferências recíprocas. Estaremos em diálogo com outros autores da Análise Institucional e Psicologia Social, com destaque para os estudos sobre grupo da pesquisadora Regina Benevides de Barros, em seu livro: *Grupo: Afirmação de um simulacro* (2009).

No entendimento da linguagem em sua dimensão política, o conceito de narrativas acessa o plano coletivo das forças, questionando a hegemonia do pensamento eurocêntrico e o ideal de indivíduo universal. Desse modo, associo-me ao pensamento decolonial¹, defendendo a construção de narrativas coletivas como movimento de resistência contra a colonialidade do saber, enfatizando que todo conhecimento é atravessado por relações de poder. As narrativas não são neutras, são atos que podem, entre outras coisas, tanto reafirmar quanto desconstruir as estruturas de subjetivação. No contexto universitário, isso implica em reconhecer que o sofrimento psíquico entre estudantes não pode ser analisado isoladamente, mas também como parte de uma estrutura que exclui certas vozes e corpos do espaço acadêmico.

No *Eixo 2: Caminhos da Pesquisa* é apresentado a partir das experimentações clínico-grupais desenvolvidas em campo, trazendo a cena o a questão do sofrimento psíquico entre universitários junto aos trabalhos realizado no Serviço de Psicologia Aplicada da Universidade federal Fluminense (SPA/UFF). Atravessado por essa temática e com uma abordagem clínico-institucional, trazemos o processo de desenvolvimento da pesquisa de campo, com a implementação do grupo de estudantes (GASEE) no SPA. A experiência com os grupos é trazida para a discussão, incluindo os desafios e encaminhamentos encontrados durante o trabalho de campo.

A pesquisa de campo tem início com a experiência dos Grupos de Acolhimento, onde resgato os temas debatidos (em 2018) pelas equipes de estágio que se reuniram para pensar a questão do adoecimento de estudantes junto ao serviço-escola da instituição (SPA-UFF). Um ponto importante que se destaca é o fato de os atendimentos clínicos serem realizados por estagiários (psicólogos em formação), também estudantes universitários, um atravessamento que perpassa todos do grupo. Nesse caso, tanto na pesquisa quanto no manejo clínico rompe-se com a ideia de neutralidade e distanciamento, flexibilizando as posições hierárquicas através das relações de envolvimento com o campo de pesquisa e com a questão de análise clínica.

¹ Uso como referência os textos no livro: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais* (2005), com destaque para o texto do Aníbal Quijano, trazendo o contexto da América Latina.

Essa interlocução entre pesquisa, prática clínica e posição de estudante promove uma potente imersão no campo, uma tripla ocupação pesquisadora-psicóloga-estudante, o que indica a importância de uma orientação ética na pesquisa². Para desenvolvimento deste estudo recorro às diretrizes metodológicas expressas pela Cartografia, conceito desenvolvido por Gilles Deleuze e Felix Guattari (1995). As práticas cartográficas se propõem a acompanhar processos, assim sigo os encaminhamentos estabelecidos nos dois volumes do livro *Pistas do Método Cartográfico* (PASSOS, KASTRUP, ESCÓSSIA, 2009; PASSOS, KASTRUP, TEDESCO, 2014).

A aposta metodológica se fundamenta na imersão do pesquisador no seu campo de estudo, possibilitando o acesso aos agenciamentos que constituem o território da pesquisa. Não se trata de descrever os fatos, mas de acompanhá-los, percebendo os movimentos, intensidades, pausas e desvios que emergem nas experiências. Um elemento que se destaca é o diário de campo, utilizado como ferramenta de registro. Mais do que repositório de dados, o diário é um espaço de escrita viva, onde reflexões, afetos e tensionamentos do processo são elaborados. Os registros não se limitam às sessões, mas se expandem para os intervalos, deslocamentos, os trânsitos na chegada e saída.

Desde a circulação das falas até o caminhar por entre os prédios da universidade, esses espaços de troca, sejam registros formais ou momentos espontâneos, compõem uma trama de experiências que permite mapear os planos de força que estão se agenciando. Dessa forma, a pesquisa se constrói como uma prática implicada, marcada por afetos, pressões e potências que emergem no encontro com o coletivo.

A ideia da construção de narrativas coletivas como prática de cuidado e resistência, está sendo trabalhado no entendimento de que cuidar é uma forma de resistir, principalmente quando se trata de um cuidado coletivo, frente às práticas individualistas do capitalismo. Assim, serão trabalhados os efeitos do processo clínico-grupal nas relações entre os estudantes e o espaço universitário.

A escuta coletiva favorece a ruptura com as lógicas individualizadas, muitas vezes ligadas à ideia de uma dificuldade pessoal, uma limitação própria ao sujeito³. Ao

² indica a importância da orientação ética- política, para romper com a noção de imparcialidade na pesquisa. Tema desenvolvido ao longo da pesquisa

³ O tema das neurodivergências apareceu bastante no grupo por parte dos estudantes, marcando uma limitação associada a demanda por um psicodiagnóstico, como um estigma por ser diferente, visto como estranho. Dialogaremos com os textos: “Autismo, neurodiversidade e estigma: perspectivas políticas e de inclusão” (ARAUJO, Ana Gabriela Rocha; SILVA, Mônica Aparecida da; ZANON, Regina Baso.

compartilhar experiências, os participantes constroem redes de apoio, fortalecem vínculos e criam formas para lidar com os enfrentamentos impostos pela vida universitária. As conquistas e os aprendizados do processo de formação se intensificam. Essa perspectiva dialoga com uma visão integral de saúde, que não se reduz à ausência de sintomas, mas se relaciona à capacidade de agência, pertencimento e invenção de novas formas de estar no mundo.

Nesse sentido, para ampliar a elaboração do conceito de narrativas coletivas, me aproximo dos saberes dos povos originários e afrobrasileiros, para o contato com outras formas de produzir e transmitir o saber, outras cosmovisões. Em muitas culturas, distintas da visão eurocêntrica, o conhecimento não é algo que pertence ao indivíduo, está na relação, sendo transmitido por gerações através das narrativas orais, cantos, rituais e práticas comunitárias. Esses povos, com suas culturas, nos trazem uma noção de coletividade integrada à relação com o mundo, com a vida, com a existência.

Como caminho principal, dialogo com a proposta do Encontro de Saberes, pautado nos estudos desenvolvidos por José Jorge de Carvalho, em que defende a importância da construção de uma universidade pluriepistêmica, a partir da transversalidade dos saberes. Essa perspectiva amplia as possibilidades de produção de conhecimento, ao reconhecer e valorizar epistemologias historicamente marginalizadas, especialmente aquelas provenientes dos povos originários e de comunidades tradicionais. Para pensar estas visões decoloniais acerca da coletividade, do pertencimento ao território e da importância das narrativas na transmissão de saberes, estarei estabelecendo diálogos com os autores: Krenak, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*, 2019; articula-se também uma aproximação com o conceito de Escrivência, da Conceição Evaristo, para elaboração da noção de narrativas coletivas, pensando o “texto impregnado da história de uma coletividade” (EVARISTO, 2020). Entre outros autores que estou trabalhando está Antônio Bispo, com o conceito de confluência.

No atual contexto em que a Universidade brasileira vem sendo provocada a rever suas práticas, ao questionar os modos de produção de conhecimento e de pesquisa, abrem-se novas vias de acesso. Este movimento amplia o território para além do campus universitário, com a inclusão de novos caminhos epistemológicos, pedagógicos e metodológicos. Desse modo, refletir sobre a saúde mental dos estudantes por meio da

elaboração de redes territorializadas é, também, pensar numa universidade que se relaciona com seu exterior. O que está além dos muros simbólicos e físicos da academia.

Ao pesquisar o dispositivo clínico-grupal, destaca-se a potencialidade das narrativas coletivas como ferramenta de construção e transformação, como movimento de resistência frente aos modos subjetivos de exclusão. Este estudo busca tensionar os modos tradicionais de cuidado na universidade ao ampliar o olhar para as experiências coletivas.

A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

O adoecimento de estudantes universitários

Esta pesquisa nasce da necessidade em compreender a problemática do crescente sofrimento psíquico que atravessa a vida de estudantes universitários no Brasil, a fim de construir caminhos potentes de intervenção. Nos últimos anos, casos de adoecimento mental, ideação suicida e suicídio têm ganhado visibilidade e suscitado debates sobre as condições de vida, estudo e permanência no ensino superior. Essa problemática não se restringe ao âmbito individual, mas reflete processos mais amplos, vinculados a desigualdades históricas, à intensificação das exigências acadêmicas e à reprodução de lógicas institucionais que operam pela exclusão e pelo silenciamento. Investigar esse cenário significa, portanto, interrogar o próprio papel da universidade como espaço de

formação, produção de saberes e cuidado, reconhecendo que, para além de políticas de acesso, é preciso repensar as estruturas que impactam diretamente a saúde mental e o bem-estar universitário.

Ao pesquisar sobre o tema da saúde mental dos estudantes universitários, dados estatísticos nos chamam a atenção ao indicar que esse grupo apresenta uma maior vulnerabilidade ao desenvolvimento de transtornos mentais, quando comparados à jovens da mesma faixa etária que não se encontram no ensino superior (MACHADO, 2020). A pesquisa sobre o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior, organizada pelo Fórum Nacional de pró-Reitores e Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE, 2019), aponta para um crescente aumento do adoecimento emocional e sofrimento psíquico entre os estudantes ao longo da última década.

Entre os sintomas mais recorrentes estão estresse, ansiedade, depressão, insônia e síndrome do pânico. Observa-se também a elevação de casos de ideação suicida e de suicídios, sobretudo entre estudantes indígenas e aqueles oriundos de regiões distantes dos grandes centros urbanos. Um estudo realizado na Universidade Federal do Tocantins⁴, que reflete este cenário de crise que as universidades brasileiras tem vivenciado:

Em um cenário específico e regional, faz-se necessário evidenciar a preocupante realidade do adoecimento estudantil na Universidade Federal do Tocantins, que registrou desde 2017, em um período inferior a dez meses, um total de três suicídios de alunos de graduação. Embora a instituição, assim como outras, ofereça atendimento psicopedagógico e diversos programas de auxílio à saúde discente, existem ainda poucos espaços para a discussão e divulgação das questões relativas aos cuidados e enfrentamento do sofrimento psíquico na universidade. (Alice Agnes Spíndola MOTA; Sidiany Mendes PIMENTEL; Marta Romilda Spíndola MOTA. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 49, e254990, 2023. P3)

Os dados do FONAPRACE (2019) reforçam que as dificuldades emocionais se intensificam ao longo do percurso de graduação, configurando um problema que se

⁴Pesquisa realizada na Universidade Federal do Tocantins, com 342 questionários aplicados a discentes, docentes e técnicos, analisou aspectos do adoecimento mental dos estudantes. O estudo evidenciou a complexidade das vivências acadêmicas e destacou que o sofrimento psíquico deve ser considerado uma preocupante realidade acadêmica, indicando a necessidade de elaboração e investimento em políticas públicas institucionais de promoção à saúde e qualidade de vida universitária.

constrói durante o processo de formação, sendo assim, não pode ser reduzido apenas a questões individuais. A análise dessa temática demanda deslocar a compreensão do sofrimento psíquico da noção de “fragilidade individual” para uma perspectiva que considere as condições socio-históricas, institucionais e simbólicas que o produzem.

A universidade, marcada por uma lógica meritocrática, hierárquica, eurocentrada e, muitas vezes, distante das realidades dos estudantes, pode se tornar um espaço de negação de saberes e de silenciamento de vozes, operando como dispositivos de exclusão subjetiva. Essa estrutura institui dispositivos de exclusão, gerando experiências de não pertencimento, inferiorização e sobrecarga. O aumento do sofrimento psíquico entre os estudantes, portanto, não deve ser entendido de forma individualizada. Trata-se de uma problemática marcada por questões estruturais, que se atualizam nos processos de formação universitária e nos modos de funcionamento das instituições de ensino superior.

Essa mesma pesquisa evidencia uma transformação no perfil dos discentes decorrente da implementação das políticas de ações afirmativas, entre 2013 e 2019, registra-se um aumento de 205% de jovens oriundos de escolas públicas, negros (pretos e pardos) e indígenas. A ampliação do acesso ao ensino superior, impulsionada pela Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), representou um avanço da democratização do ensino no Brasil.

A compreensão do racismo como fenômeno estrutural, tal como formulada por Silvio Almeida (2019), possibilita ampliar a análise sobre o adoecimento de estudantes universitários, especialmente quando este se insere em contextos atravessados por desigualdades raciais e sociais historicamente constituídas. Para o autor, as instituições – incluindo universidades – são atravessadas por padrões e práticas racistas não porque indivíduos isolados ajam assim, mas porque “as instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos” (ALMEIDA, 2019). Nesse sentido, o racismo, ao ser parte constitutiva da ordem social, reproduz-se como “regra e não exceção” (ALMEIDA, 2019), condicionando formas de acesso, permanência e reconhecimento no ensino superior.

No campo da saúde mental, essa concepção indica que as experiências de sofrimento estudantil não podem ser compreendidas apenas em termos individuais, mas como expressão de relações estruturais que organizam o cotidiano universitário. A

universidade, enquanto instituição, pode se tornar “correia de transmissão de privilégios e violências racistas e sexistas” (p. 153) quando não implementa mecanismos efetivos de enfrentamento das desigualdades. Tal cenário impacta diretamente a subjetivação, produzindo formas de silenciamento, isolamento e deslegitimação que atravessam a vida acadêmica e o bem-estar psíquico.

O racismo estrutural, em particular, não apenas persiste, mas se atualiza em práticas cotidianas de exclusão simbólica, epistemológica e subjetiva, que contribui diretamente para a manutenção de práticas excludentes no espaço acadêmico. Desconstruir essas dinâmicas exige que junto as políticas de acesso, é necessário desconstruir as estruturas institucionais e repensar os modos de produção de conhecimento que sustentam tais violências.

“Entender que o racismo é estrutural, e não um ato isolado de um indivíduo ou de um grupo, nos torna ainda mais responsáveis pelo combate ao racismo e aos racistas” (ALMEIDA, 2019p. 160).

Nessa perspectiva, a estrutura social não apenas restringe, mas também **viabiliza** práticas e relações — inclusive o próprio racismo. Por isso, afirma Almeida, compreender seu caráter estrutural não serve como desculpa para a inação, mas como ampliação da questão. A concepção estrutural, para Almeida, significa que o racismo está entranhado nas bases políticas, econômicas e culturais da vida social, reproduzindo-se de forma cotidiana, muitas vezes invisível, e exigindo mudanças profundas para que seja superado.

Um dado importante divulgado em pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde (2019) indica que o risco de suicídio de um jovem negro do sexo masculino é 45% maior do que o de um jovem branco na mesma faixa etária. O que evidencia a relação entre o racismo estrutural com os índices de suicídio. Esses dados denunciam a urgência de pensar práticas de cuidado no espaço universitário, que estejam integradas as questões sociais de produção de sofrimento, os dados nos chegam como analisadores de um sintoma coletivo.

A compreensão do mal estar na universidade deve ser percebido na dimensão do coletivo, pois ao tomarmos a questão de forma individual a dimensão política não aparece, reduzindo a problemática socio-política à pessoalidade. Desse modo importantes componentes são retirados da discussão, para o entendimento da questão buscaremos escapar da individualização do sofrimento, tratando a temática de maneira mais ampla para pensar o adoecimento psicossocial. Essas evidências reforçam a necessidade de

pensar práticas coletivas de cuidado voltadas para a saúde mental dos estudantes universitários.

Nesse sentido, o artigo *“Todo mundo sabe que a universidade adocece: cartografias sobre saúde e adoecimento institucional”* (TEDESCO; BISPO; COSTA, 2022) traz, a partir da troca de cartas entre docentes de universidades, importantes pistas para compreender esse funcionamento:

O certo é que sentimos a lógica empresarial dentro dos processos formativos universitários, que vai nos deslocando cada vez mais de uma estrutura curricular coletiva e crítica. Precisamos cumprir metas de publicação, prazos imediatistas e condições desafiadoras de condições para o trabalho. Da mesma forma, nossas e nossos estudantes relatam cansaço extremo, grades curriculares preenchidas de atividades, sem tempo muitas vezes para descanso ou leituras com qualidade, muito material e tudo para ontem, sem tempo de elaboração das disciplinas. Que modos de funcionamento institucional é esse que estamos todos vivendo? (TEDESCO; BISPO; COSTA, 2022, p5).

Esta questão colocada nos traz importantes reflexões sobre o modo de funcionamento acadêmico. Quais os modos de funcionamento institucional da Universidade? O trecho revela que seguimos, no contexto universitário, a lógica do capitalismo neoliberal, que coloniza o tempo e o corpo, transformando a formação em um processo produtivista, no qual o valor da experiência é medido pelo desempenho, pela eficiência e pelos resultados. Nessa engrenagem, estudantes tornam-se sujeitos funcionais ao sistema ao adotarem modos competitivos de relação e atenderem a demandas que frequentemente desconsideram os ritmos singulares de aprendizagem e de vida. Tais exigências gerem suas dinâmicas, principalmente na temporalidade: o tempo da formação, o tempo da entrega, uma velocidade que atropela, a sensação de “viver se escondendo atrás de entregas”.

Esse modelo, orientado por uma lógica do capitalismo neoliberal, transforma a formação em um processo produtivista, onde o valor da experiência é medido pelo desempenho, rendimento e eficiência. Os estudantes enquanto sujeitos do conhecimento, tornar-se indivíduos funcionais ao performarem modos competitivos de relações. e corresponder a demandas que, muitas vezes, negligenciam os ritmos singulares da aprendizagem e da vida. Trata-se de uma colonização do tempo e do corpo, que dificulta a escuta de si e do outro, e restringe a criação de sentidos mais plurais e sustentáveis para o viver universitário. Diante disso, pensar formas de cuidado coletivas passa por

desestabilizar essas engrenagens, abrindo espaço para outros modos de produzir saber, de conviver e de habitar a universidade.

Ações afirmativas: uma desconstrução da Universidade

Dois movimentos importantes se deram em direção ao “processo de descolonização do padrão racista e eurocêntrico das universidades brasileiras” (CARVALHO, 20??). A luta pelas cotas de negros e indígenas teve início entre 1999 e 2000, tendo sua aprovação em 2003. E em 29 de agosto de 2012 a Lei Federal nº12.711, a Lei de Cotas, foi promulgada, estabelecendo a reserva das vagas de cada curso técnico e de graduação em instituições federais para grupos historicamente excluídos da educação formal.

A Lei de Cotas prevê a reserva de, no mínimo, 50% das vagas para estudantes egressos do ensino público. A norma define que metade dessas vagas deve ser destinada aos estudantes de famílias com renda mensal igual ou inferior a um salário-mínimo e meio per capita. Em cada faixa de renda, entre os candidatos cotistas, devem ser reservadas vagas para estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas em proporção no mínimo igual à sua participação na população da unidade da Federação onde a instituição está situada, conforme o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2016, o governo aprovou a lei complementar n. 13.409, que inclui pessoas com deficiência entre as beneficiárias, também na proporção de sua participação na população.

A Lei de 2012 determinava a revisão das ações afirmativas em 2022, 10 anos após a sua implementação. Mas por ter sido ano de eleitoral, o Congresso resistiu a fazer a mudança, por receio de retrocessos nas medidas. Assim atualização da Lei foi estabelecida no ano seguinte à eleição, em agosto de 2023, incluindo quilombolas em reserva de vagas e prevendo políticas de inclusão na pós-graduação. E ainda estabelece que o Ministério da Educação divulgue, anualmente, um relatório com informações sobre a política, com dados sobre acesso, permanência e conclusão dos alunos. A ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, ao acompanhar a votação do projeto que atualiza a Lei de Cotas, declara: *“Eu sou cotista. Eu sempre gosto de reafirmar a importância da lei de*

*cotas e a importância pra reparação histórica desse país. A gente deu avanços importantíssimos.”*⁵

Nota-se que os avanços numa perspectiva descolonizadora da educação brasileira, vem se efetivando a partir dos anos 2000, como uma conquista das lutas por direitos e igualdade racial dos movimentos sociais, movimento negro e indígena. O primeiro grande marco foi a promulgação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008, as quais tornaram obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena na educação básica. Tais conquistas são ainda recentes, mas datam de um movimento de lutas e resistências que teve início na invasão do Brasil pelos portugueses, com a escravização do povo indígena e negro, com a implementação da lógica de exploração e expropriação de nossas terras, riquezas naturais e saberes tradicionais.

Como estamos a pensando a universidade por numa perspectiva clínico-política, a dimensão histórica se faz importante no processo de construção das relações de saber e poder no espaço acadêmico. Destaca-se a formação tardia das universidades brasileiras:

“As poucas escolas superiores foram abertas no Brasil somente no século XIX, e as universidades começaram a ser constituídas de fato na segunda década do século XX, com a malfadada implementação da Universidade do Rio de Janeiro em 1920, até abertura da Universidade de São Paulo como a primeira instituição de ensino superior, em 1934. Dessa maneira, nós seguimos no Brasil o um formato tardio e diminuído, que consistiu em uma cópia do formato das universidades europeias, porém na sua versão mais simplificada.” (CARVALHO, ?? p 83)

Nossas universidades carregam uma herança colonialista europeia em sua construção, a saber branco ocidental foi legitimado como referência. Essa herança não apenas estruturou as bases institucionais e curriculares das universidades, mas também moldou os modos de subjetivação, os critérios de pertencimento e os lugares de fala legitimados nesses espaços. Pensar a universidade a partir de uma perspectiva clínico-política exige, portanto, colocar em análise essas camadas históricas que ainda operam silenciosamente na exclusão e silenciamento de determinados corpos e saberes.

A luta por ações afirmativas, nesse sentido, não se resume a uma demanda por inclusão formal, mas tensiona os próprios fundamentos da produção de conhecimento, desafiando os pactos epistêmicos e políticos que sustentam o ideal de uma universidade neutra, meritocrática e universal. Quando corpos historicamente marginalizados adentram

⁵ Relato retirado de matéria de jornal, na data da votação. Incluir a referência.

os espaços universitários, carregam consigo outras histórias, memórias, modos de existência e de saber que desestabilizam os regimes hegemônicos de verdade.

Assim, pensar uma clínica no contexto universitário, atravessada por essa dimensão política e histórica, é reconhecer que o sofrimento psíquico e os modos de subjetivação não podem ser separados das marcas do racismo estrutural, do epistemicídio e das violências institucionais. Trata-se de promover práticas de cuidado que não apenas escutem o sofrimento, mas que intervenham no mundo e em seus modos de organização.

De onde venho?

Passado um tempo após a conclusão da minha graduação em psicologia, inicio o trabalho clínico em consultório, mas uma violenta pandemia (COVID-19) se espalha pelo mundo, mortes, quarentena, isolamento. Interrompendo o fluxo das coisas, a vida entrava em suspensão. No Brasil, o governo vigente implementava medidas de retrocesso em diversas áreas, como na saúde, meio ambiente, direitos humanos e educação. Negligência, desinformação, colapso no sistema de saúde, ataques à ciência e às universidades públicas.

Dado este complexo cenário de horror, surge a ideia de voltar a estudar, com o interesse de encontrar novos caminhos de aliança, aprendizado e partilha. Caminho em busca de movimentos de mudança, já que as formas atuais parecem não dar conta, carecem de transformação. Assim, embarco no desafio da pesquisa e da escrita na Universidade.

Escrever não se efetiva como tarefa fácil, ressoa num estranhar-me, ocupar este espaço como pesquisadora, espaço do pensamento e da produção de saber, revela questões importantes. Inicio esta escrita como exigência de formação, escrever uma dissertação de Mestrado em Psicologia na Pós-graduação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Na dimensão do que a escrita acessa em mim, o manejo de sua realização se apresenta num jogo entre silenciamento e motivação, constrangimento e conquista. Vou me formando, escrevendo este texto e criando gosto pela escrita.

A exigência advinda da escrita produz enfrentamentos e problematizações acerca da produção de saber. Quais corpos ocupam este espaço de saber? Quem são aqueles que ficam confortáveis aqui? Com esforço abro os olhos e vejo um clássico e

evidente histórico de “eruditos” homens brancos, com os quais não me identifico, por isso o esforço, já que com eles negocio e me referencio. Incômoda contradição ao problematizar.

Por mais que me perceba marcada por tais pensadores, revejo meus caminhos com a compreensão de que carrego as marcas da formação escolar e acadêmica, estruturas estas que exercito ampliar. O que faz sentido carregar? E o que prefiro abandonar/deixar passar? Num movimento de ruminar, como o ato de um boi ao regurgitar, para remastigar e depois cuspir o bagaço de capim. Então me posiciono, entendendo de que lado estou, de um lado ainda em construção. É preciso força coletiva para construir, é preciso não estar só, ocupar o campo de produção de conhecimento tecendo novas alianças distintas daquelas historicamente instituídas, é um desafio do contemporâneo que exige coletividade.

Localizar de onde venho se faz importante para perceber os muitos atravessamentos que em mim ressoam, os processos históricos e socioculturais que constroem as subjetividades. De onde vem a construção subjetiva que se expressa em minha escrita? Interrogo meu lugar de fala, num estranhamento potente que me desloca de uma posição já dada e naturalizada para um movimento de mapeamento das relações e contextos no qual estou inserida. Ao questionar de onde venho, busco situar o lugar social de onde parte meu discurso.

“Antes de mais nada, é preciso esclarecer que quando utilizarmos a palavra discurso e a importância de se interromper com o regime de autorização discursiva, estamos nos referindo à noção foucaultiana de discurso. Ou seja, de não pensar discurso como amontoado de palavras ou concatenação de frases que pretendem um significado em si, mas como um sistema que estrutura determinado imaginário social, pois estaremos falando de poder e controle.” (RIBEIRO, 2017. O que é lugar de fala, p. 33/56.)

O discurso, então, pode ser entendido em suas dinâmicas relações de poder e controle. Um dado discurso vai expressar uma estrutura social de determinada construção subjetiva, daí a importância de me localizar, nas disputas de poder, entre capturas e desvios. Ao falar dos discursos acadêmicos, estarei pensando sobre o local de produção científica de saber. Trata-se de uma problemática epistemológica.

Na compreensão do contexto no qual desenvolvo este trabalho, naquilo que me atravessa e modifica (mesmo no que gora-e-gruda⁶), acesso o plano coletivo de produção dos discursos, onde não falo de maneira individualizada. Há toda uma multiplicidade de significações que se expressam no que é dito, aspectos sociais, culturais, políticos, históricos, morais etc. Os muitos que ressoam em mim compõem uma coletividade, e nesse sentido o discurso é sempre coletivo.

Viver em sociedade nos convoca de muitas maneiras, aprendemos formas de convívio, somos ensinados, educados e disciplinados. Em geral nos adaptamos às formas instituídas, tornamo-nos cidadãos bem comportados. Já nos dizia Gonzaguinha: “Você deve aprender a baixar a cabeça e dizer sempre: muito obrigado, são palavras que ainda te deixam dizer por ser homem bem disciplinado”⁷.

Aceitamos esses modos de ser na pretensa garantia de pertencermos aos grupos nos quais circulamos: família, trabalho, amigos, nosso meio social. O sistema que estrutura o imaginário social possui origem conservadora de caráter eurocêntrico, racista, patriarcal e colonialista. Ou seja, um sistema excludente em sua estruturação. E assim, vamos repetindo velhas formas, no exercício da cidadania.

A filósofa brasileira Djamila Ribeiro nos traz uma importante reflexão, no livro “O que é lugar de fala”, em que elabora a discussão sobre o conceito na interlocução com grandes pensadoras do feminismo negro. A autora contextualiza a ideia de indivíduo universal numa sociedade cis-heteropatriarcal eurocentrada, a qual nos é imposta como referencial a ser seguido, de modo que o que se afasta desta referência não é aceito.

Os discursos são diferenciados de acordo com a posição social de quem fala. Nesse sentido, a fala é entendida como um ato político, marcado por relações de saber e poder. De acordo com Ribeiro:

⁶ Referência ao termo usado no livro de Suely Rolnik, *Cartografia Sentimental – Transformações contemporâneas do desejo*. Onde nos traz a imagem das máscaras que incorporamos, as formas que goram e grudam, “intensidades buscam formar máscaras para se simularem (...) uma série de agenciamentos de matérias de expressão forma, diante de você, uma espécie de cristalização existencial, uma configuração mais ou menos estável” (ROLNIK, 2007, p. 34).

⁷ Trecho retirado da música do cantor e compositor Gonzaguinha “Comportamento Geral”, de 1972. A canção reflete um período de repressão e censura no Brasil, mas sua mensagem permanece atual, incentivando a luta por direitos. Faz um convite à conscientização e à resistência contra a alienação e a submissão. Caracterizado pela sua postura crítica ao regime da Ditadura Militar, Gonzaguinha teve 72 de suas composições submetidas ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Deste total, 54 foram censuradas, entre elas um de seus maiores sucessos, “Comportamento Geral”.

“(...) não estamos falando de experiências de indivíduos necessariamente, mas das condições sociais que permitem ou não que esses grupos acessem lugares de cidadania. Seria, principalmente, um debate estrutural. Não se trataria de afirmar as experiências individuais, mas de entender como o lugar social que certos grupos ocupam restringem oportunidades. Ao ter como objetivo a diversidade de experiências, há a consequente quebra de uma visão universal. Uma mulher negra terá experiências distintas de uma mulher branca por conta de sua localização social, vai experienciar gênero de uma outra forma.” (RIBEIRO, 2017. O que é lugar de fala, p. 35.)

O debate não deve se ater apenas a experiências pessoais, mas ser pensado numa dimensão coletiva. As estruturas sociais determinam quem pode falar, ser ouvido e acessar direitos. Pessoas de diferentes grupos sociais terão vivências distintas devido às desigualdades estruturais que moldam suas oportunidades e acessos. Essa perspectiva questiona a lógica universalista, que tende a homogeneizar experiências sem considerar as diferenças impostas por fatores como raça, gênero e/ou classe social.

Assim, destaca-se a importância de que os debates levem em conta a diversidade das realidades vivenciadas, reconhecendo as desigualdades e os processos históricos que influenciam o acesso aos espaços de produção de conhecimento. Ainda segundo a autora:

“(...) não poder acessar certos espaços, acarreta em não se ter produções e epistemologias desses grupos nesses espaços; não poder estar de forma justa nas universidades, meios de comunicação, política institucional, impossibilita que vozes dos indivíduos desses grupos sejam catalogadas, ouvidas, inclusive, até de quem tem mais acesso à internet. O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir.” (RIBEIRO, 2017. O que é lugar de fala, p. 37.)

O acesso aos espaços de produção de conhecimento não é igual para todos, está condicionado à premissa do ideal do indivíduo universal, sendo ele estruturado pela branquitude eurocêntrica, racista, patriarcal e colonialista. Não se trata apenas de quem tem direito a falar, mas também quem pode ser ouvido e legitimado nesses espaços. Isso significa que os povos que não têm acesso a esses espaços têm suas perspectivas epistemológicas silenciadas por um processo de exclusão institucional. O direito à fala, nesse sentido, está diretamente ligado ao direito à existência subjetiva.

Interrogar de onde venho se torna preciso não para achar a origem do meu pensamento, mas para pensar sobre o que me compõe como pesquisadora, como mulher parda, estudante da rede pública no ensino básico, que não tive os acessos facilitados para a entrada na universidade. Assim, entendendo o território e os jogos de força nos quais estou inserida, percebo com quem quero estar. Para além do que foi (de onde venho),

indica para onde vou. “Não há, portanto, origem a procurar, mas recortes fazer, vias a se intensificar, linhas de fuga a percorrer” (BARROS, 2007, p. 27).

O escrever ganha forma mais abrangente, em sentido ético e político. Ao ampliar seu significado, novas questões são inseridas sobre os efeitos de nossas produções como pesquisadores dentro de um programa de pós-graduação de uma Universidade Federal. Ao mesmo tempo refletimos sobre a Psicologia e suas práticas: Quais produções queremos construir? O que pretendemos afirmar em nossa escrita, em nossa clínica? Estas problematizações marcam questões epistemológicas fundamentais para pensar a produção de saber. A conexão do ato de escrever a uma dimensão ética e política pressupõe construir um saber implicado na realidade, que supere as dicotomias entre teoria e prática, sujeito e objeto. Reconhecendo os efeitos do ato de pesquisar no processo de pesquisa, exercito borrar suas fronteiras, transversalizar⁸. Para tal, reflito sobre as minhas experiências incluindo na pesquisa suas implicações que o processo de pesquisa produz em seu campo de estudo.

O termo implicação é usado com base no conceito de análise de implicação, tendo como referência os estudos desenvolvidos por René Lourau (2004) sobre Análise Institucional. Não há neutralidade no ato de pesquisa, o pesquisador não pode ser considerado exterior ao campo, ele é parte da instituição, isto é, sua relação com a instituição e os efeitos que essa relação produz fazem parte do processo de análise.

No atravessamento da instituição em nossos corpos, a universidade deve ser colocada em questão, tanto como símbolo cientificista eurocentrado de produção de saber e de poder, quanto como um espaço potencial de abertura, aprendizado e formação. Sendo compreendida como composta por um conjunto plural de instituições. Ao refletirmos sobre os efeitos dessas instituições, as “*formas-fôrmas*” (BARROS, 2007) da instituição em nós, Lourau nos mostra como ela fala por nós, atravessa nossos corpos e encena nossas ações:

“Não só o motorista do Senhor Marquês diz orgulhosamente ‘nós’, referindo-se ao Senhor Marquês! Quantos indivíduos ventríloquos não falam senão

⁸ O termo é usado com base no conceito desenvolvido por Felix Guattari no texto “Transversalidade”, onde afirma de maneira crítica a subjetividade de natureza política e social, identificada no estado moderno a uma encarnação individual. O conceito de transversalidade estaria operando rupturas nas estruturas verticais e centralizadas, desmanchando unidades cristalizadas. Este conceito será desenvolvido nos próximos capítulos.

porque as instituições falam por intermédio deles, porque a têm, literalmente, ‘sob a pele!’”. (LOURAU, 2004. p. 55).

O que a universidade nos faz falar? Quais máscaras nos leva a vestir? Na tentativa de responder estas questões, repenso. Uma dessas “*formas-fôrmas*” pode ser o adoecer? Serão a ansiedade, a insegurança e o estresse algumas dessas formas de estar/ocupar este espaço de formação? Continuo a questionar. O que faz incidir sobre os corpos de jovens universitários um maior índice de sofrimento psíquico? Tais questões permeiam esta escrita.

As máscaras que incorporamos exigem um esforço de *performance*, pode-se dizer da máscara do poder, da subalternidade, do racismo, do patriarcado, da meritocracia etc. Cada qual com suas exigências, mas uma máscara não se sustenta por muito tempo, ela cai, escapa do rosto e revela o que resiste, o que insiste em se manter, mesmo que para isso seja preciso por vezes ser também um corpo mascarado. O que se esconde por trás das máscaras? Constrangimento, insuficiência, não só isso. Há, no que escapa à máscara, um sujeito que resiste, que cria formas de lidar com os enfrentamentos da instituição.

Na lida com a instituição, a ampliação do acesso à universidade, com a implementação da política de ações afirmativas na educação, representa uma grande conquista dos movimentos sociais de luta e resistência. Conquista para o combate às desigualdades, para o reconhecimento e valorização de diferentes formas de pensar e conhecer, de espaços de fala e pertencimento. Estas mudanças se encontram em vias de construção, pois a universidade ainda se impõe institucionalmente de maneira rígida e hierárquica, com as marcas de sua construção histórica.

Desde as últimas décadas o contexto universitário brasileiro passa por um processo de transformações. O avanço das políticas de ações afirmativas, com as cotas, muda o perfil dos estudantes universitários e, conseqüentemente, desdobra-se numa discussão epistemológica de abertura da academia a referenciais teóricos não hegemônicos. Mas em paralelo a estas interessantes mudanças, as universidades públicas sofreram graves ataques por parte do Governo Federal, no período de 2019 a 2022, estabelecendo cortes de investimentos e redução de financiamento, gerando impacto desde a manutenção de infraestrutura até cortes de bolsas de estudo e pesquisa. Além disso, testemunhamos as falas recorrentes por parte do então Governo, desvalorizando a

produção científica e a educação pública, com discursos de ataque a professores e pesquisadores⁹ que ecoaram por grande parte da sociedade.

Esta conjuntura, associada às consequências da pandemia, afetou diretamente o ambiente universitário, com o período de aulas online e a flexibilização do ensino remoto, gerando impactos na rotina tanto dos alunos quanto dos professores e funcionários em geral. O sofrimento dos universitários na atualidade vem chamando a atenção nos serviços de saúde mental, levando a um aumento dos debates sobre a questão entre pesquisadores e profissionais.

No Brasil, a saúde mental no meio universitário tem sido motivo de crescente preocupação, com diversos estudos apontando para os altos índices de sofrimento psíquico nessa população. Professores universitários se reúnem para dialogar sobre esta temática, “motivados por uma grave crise que se instalou nas universidades brasileiras: o crescente sofrimento mental de toda a comunidade acadêmica, em alguns casos culminando em suicídio entre estudantes, professores e técnicos administrativos” (CARVALHO, KIDOIALE, CARVALHO, COSTA, 2020, p. 135).

Essa crise no ambiente universitário reflete antigas questões relativas aos fatores estruturais de constituição da instituição, como mencionado anteriormente. Junto a isso, temos um agravamento destas condições nos últimos anos, com as sequelas da pandemia somadas a cortes de financiamento, precarização das condições de ensino e aumento das exigências, intensificando a tensão sobre a comunidade universitária. Tais condições compõem esse contexto de crise. Nesta pesquisa tratarei do tema do adoecimento de universitários a partir das experiências clínicas do trabalho com grupos terapêuticos voltados para estudantes, numa perspectiva clínico-política.

Para pensar essa temática, uma frase se destaca ao ser proferida por estudantes da graduação: “Todo mundo sabe que a universidade adoecer”¹⁰. Esta enunciação nos indica o adoecimento de estudantes como um problema coletivo, aponta para uma produção de sofrimento que vai além do individual, afinal, se “todo mundo sabe”, é um

⁹ Este contexto político brasileiro junto à questão do sofrimento psíquico de estudantes universitários foi debatido no evento: ‘Psicanálise e Saúde Mental na Universidade: políticas de vida, escuta e sobrevivência psíquica em tempos sombrios’, realizado em setembro de 2023 pelo Instituto de Psicologia da USP. O evento contou com a presença de diversos pesquisadores desta temática, sendo transmitido também em formato online.
Link: https://www.youtube.com/watch?v=WRWV_6X_Ox0

¹⁰ Referência ao texto “Todo mundo sabe que a universidade adoecer”: cartografias sobre saúde e adoecimento institucional (TEDESCO et al., 2022), onde o enunciado é tomado como disparador para pensar a problemática institucional.

problema de *todos*. E deve ser compreendido como uma questão estrutural¹¹, pensada institucionalmente. Portanto, a compreensão das questões que perpassam a saúde mental dos estudantes deve ser procurada na dimensão coletiva.

Assim, esta pesquisa nasce do atravessamento com questões coletivas, inicialmente a partir de inquietações experimentadas durante minha formação em Psicologia. Na graduação realizada na UFF, atuei como estagiária do Serviço de Psicologia Aplicada (SPA), junto à equipe da Profª Drª Silvia Tesdesco, seguindo uma abordagem transdisciplinar em clínica. Em 2018 participei do projeto experimental dos Grupos de Acolhimento no SPA, voltado para o acolhimento de estudantes universitários.

Tendo em vista a crescente demanda de estudantes em busca de suporte psicológico no SPA, três equipes de estágio se reúnem para a elaboração de uma escuta mais cuidadosa desta demanda institucional: o crescente aumento do sofrimento psíquico entre estudantes. Esta situação pode ser notada no cenário das universidades brasileiras, em que pesquisas indicam um maior índice de adoecimento entre jovens universitários, quando comparados à população de mesma faixa etária que não se encontra no ensino superior (MACHADO, 2020).

A aposta pelo acolhimento em grupo marca um posicionamento no sentido de romper com a psicologização individualizada do adoecimento estudantil. A proposta de acolher, de escutar e elaborar coletivamente trouxe efeitos clínicos significativos, muitos foram os tipos de encaminhamentos criados, para além do convencional atendimento individual. Esta experiência materializou a potencialidade que o dispositivo de grupo pode proporcionar no trabalho clínico, *ao favorecer a emergência de modos singulares de existência* (BARROS, 2007).

Como desdobramento da experiência com os Grupos de Acolhimento, esta pesquisa traz o processo de construção do projeto clínico-político em formato grupal, que está sendo oferecido aos estudantes no SPA-UFF. A implementação do GASEE (Grupo de Atenção à Saúde Entre Estudantes) se efetiva via projeto de extensão universitária como ação de pesquisa, funcionando como um grupo terapêutico que tem como objetivo

¹¹ A concepção estrutural trazida está articulada a maneira com que a sociedade é organizada, os modos de funcionamento dos processos que constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares. De acordo com Silvio Almeida em *O que é racismo estrutural?* (2000), “a ação dos indivíduos é orientada, e muitas vezes só é possível por meio das instituições, sempre tendo como pano de fundo os princípios estruturais da sociedade.” (p.38)

a construção de um espaço de cuidado e fortalecimento das redes afetivas entre estudantes, numa visão integral de saúde.

Este estudo tratará da construção das narrativas coletivas como prática de cuidado, através de espaços de escuta e acolhimento entre estudantes. A escolha pela clínica grupal, enquanto dispositivo, promove a ampliação dos discursos no reconhecimento das repetições e diferenças. As narrativas, tomadas inicialmente como individuais, a partir do efeito-grupo alcançam novas configurações, as falam ressoam e interagem na dimensão do coletivo. O encontro com o coletivo promove a construção de outros sentidos afetivos para a criação de recursos e o fortalecimento dos sujeitos frente às dificuldades inerentes à vida.

O atual período pós-pandêmico produziu um movimento de muitas problematizações relativas ao sentido da vida, levando-nos a repensar a sociedade e a realidade em que vivemos. José Gil (2020), em seu ensaio intitulado “O medo”, desdobra algumas destas questões que nos afetam e conclui afirmando que:

“...nos resta sobrepor ao medo que nos desapropria de nós, o medo desse medo, o de sermos menos do que nós. Resta-nos, se é possível, escolher, contra o que nos faz tremer de apreensão e nos instala na instabilidade e no pânico, as forças de vida que nos ligam (poderosamente, mesmo sem sabermos) aos outros e ao mundo.” (GIL, 2020).

Na busca por escolher as forças de vida que nos ligam aos outros e ao mundo, tem-se a importância de pensar a saúde mental a partir de modos territorializados, modos plurais e coletivos. A ideia de territorialização vem associada à noção de *território existencial*¹², conceito desenvolvido por Gilles Deleuze e Felix Guattari (1997), onde o território se relaciona à expressividade, nos ritmos e contornos do movimento dos encontros, percebendo no território sua dimensão subjetiva enquanto espaço de construção. “Os territórios são espaços sociopolíticos e histórico-culturais produzidos/produtores de subjetividades. Os territórios são o palco dos dinâmicos mapas psicossociais trazidos à tona pelas narrativas” (SANTOS, 2016, p. 356.).

As narrativas carregam consigo a expressão das subjetividades no contato com a realidade vigente, as normas, os padrões. A estética da forma de narrar nos revela os elementos que estão em jogo em seu território, pois assim como os discursos, os atos de

¹² O conceito de território existencial será desenvolvido nos próximos capítulos, como também a ideia de territorialização.

fala e a escrita, as narrativas serão compreendidas em sua dimensão política. A partir das narrativas expressas pela linguagem (discursiva e não discursiva), descubro as pistas a serem seguidas no processo de pesquisa. As narrativas não são vistas aqui como meros objetos de análise, serão ferramentas capazes de produzir deslocamentos, rupturas e intervenções. Por meio delas acessam-se os modos de subjetivação.

“Por modo de subjetivação entendemos os processos de constituição da subjetividade. Nesta perspectiva, a subjetividade não se confunde com uma transcendência, um já-dado, um em-si, um já-aí. São processos que tanto construirão objetos, quanto conformarão modos de existir. Quando nos referimos, portanto, a modos de subjetivação, estamos tomando-os em seu sentido intensivo, isto é, enquanto maneira pela qual, a cada momento da história, prevalecem certas relações de poder-saber que produzem objetos-sujeitos, necessidades e desejos. Assim é que nos séculos XVII/XVIII a individualização era um modo dominante de constituição dos objetos. Pouco escapava a esta forma/fôrma que chamarei de aqui de *modo-indivíduo*” (BARROS, 2007 p. 45).

Considerar a subjetividade como um processo histórico, social, estético e atravessado por múltiplas forças supera a noção de sujeito rígido e imutável, restrito a uma identidade fixa. O *modo-indivíduo*, como conhecemos neste tempo-espço, torna-se uma possibilidade de ser. O sujeito, ao narrar sua história, não traz somente o relato individual, revela também a dinâmica das relações que compõem seu território de vida. Nesse sentido as narrativas, ao serem coletivizadas na circulação de falas no grupo, proporcionam o contato com outros modos subjetivos, outros territórios existenciais. Ampliam-se as possibilidades de ser, o encontro com o coletivo aciona outros modos de ser estudantes.

Nesse movimento de encontro com o mundo há algo imprevisível, existe o risco do inusitado, na sutil diferenciação entre aquilo que era e a transformação experimentada, como uma fronteira embaçada entre o que foi e o que será. O que antes não existia passa a comparecer. Pode-se afirmar que estamos em constante movimento subjetivo, em vias de transformação, fato que não garante a mudança. Mas sempre há a possibilidade de diferir-se, de romper com os sentidos naturalizados para habitar e experimentar novos agenciamentos. Uma abertura importante para pensar a clínica.

Desse modo, pensar os modos de subjetivação a partir das narrativas é acessar a dimensão coletiva, a rede de construção subjetiva. Pensar modos de cuidado entre estudantes a partir do trabalho clínico com grupos é introduzir uma elaboração coletiva sobre o tema, é tomar esta questão não mais de forma individualizada e individualizante,

onde cada estudante sofre de suas questões e dificuldades isoladamente. É entender a questão através de uma escuta clínico-política.

Ao operar a construção de narrativas coletivas como estratégia de cuidado em psicologia, este estudo propõe um olhar que ultrapassa noção pessoal do sofrimento, compreendendo-o dentro de um contexto social e institucional mais amplo. Com base na perspectiva ampliada da clínica, o dispositivo grupal não apenas favorece a escuta e o acolhimento, mas também se torna um espaço de resistência dos estudantes aos processos de exclusão institucional.

Esta ideia se articula aos estudos da pesquisadora Regina Benevides de Barros, em seu livro “Grupo: a afirmação de um simulacro” (2009), onde a autora nos explicita a importância das práticas grupais em saúde mental em um contexto marcado pela privatização das práticas psicológicas:

“Às portas do século XXI, quando observamos o crescente processo de individualização e privatização das práticas sociais e psíquicas, pensar “o grupo” nos parece como uma possibilidade de colocar em questão a problemática da economia do desejo, dos processos de subjetivação e, quem sabe, chamar a atenção para a urgência de criar laços de solidariedade, de alianças, de cidadania. Não basta, entretanto, falar de grupos para que estejam dadas as condições de problematizar os processos de subjetivação em andamento. Haveremos que avançar para além das dicotomias: indivíduo/grupo, grupo/sociedade, para que possamos fazer bifurcar novos modos de existência que coloquem em questão a ‘unidade’ e a ‘totalidade’ todo o tempo oferecidas como apanágios universais.” (BARROS, 1994, p. 145) (in BARROS, 2009, p. 119/120.)

Envolvida nestas reflexões, ressalto a urgência de pensar a saúde mental na universidade através de dispositivos clínico-grupais. Percebendo a problemática do adoecimento de estudantes como institucional, toma-se o tema como questão social e política que atravessa os corpos que ali circulam, marcados por suas normas de funcionamento e desempenho. Afirmo, assim, a importância da produção de saber na psicologia com base em práticas coletivas, não individualizantes, de criação de recursos e modos de cuidado em saúde de maneira integral e autônoma.

EIXO I: A DIMENSÃO DO COLETIVO

Formas plurais do singular

O termo coletivo, de acordo com a gramática da língua portuguesa, pertence a duas classes gramaticais: à dos adjetivos e à dos substantivos. Como adjetivo refere-se àquilo que pertence ou abrange várias pessoas e/ou coisas, é usado como sinônimo de comuns, compartilhados, públicos, comunitários. Já como substantivo, coletivo é um termo singular que designa o que está no plural, indica um conjunto de seres ou coisas de uma mesma espécie, como por exemplo enxame para indicar um conjunto de abelhas. A partir desta definição gramatical da palavra coletivo, buscamos abrir caminho para pensar as formas plurais do singular.

Tomemos a noção de substantivo coletivo para pensar a singularidade do plural, pois não pensaremos o coletivo como um grupo homogêneo ou um conjunto de iguais. Há uma multiplicidade presente na coletividade, se observarmos um bando de pássaros a repousar sobre uma árvore, a princípio notamos todas iguais por sua semelhança, mas num olhar mais minucioso veremos as variações nas suas formas, tamanhos e plumagens, mesmo sendo elas de uma mesma espécie. Estaremos interessados nessas variações, nos detalhes, naquilo que produz diferença e imprime desvio ao que parece homogêneo. O caráter singular expõe a heterogeneidade do coletivo.

Em sua dupla ocupação gramatical, adjetivo e substantivo se atravessam no encontro da palavra coletivo. Um efeito embaçado onde as definições se misturam, não é um ou outro, são as possibilidades de ser. Na polifonia do termo, o contexto no qual o dito é expresso nos indica o sentido a ser entendido. Ao falar ou discursar diz-se algo a alguém, e para a comunicação ser efetivada é preciso que haja um plano comum, uma produção subjetiva que garanta o entendimento, onde o contexto integra a produção do sentido.

A linguagem é uma forma de comunicação que pode usar palavras ou outros signos, como signos não-verbais, visuais e sonoros. Os signos linguísticos são elementos da linguagem que permite expressar ideias, com a função de representar o pensamento

humano. Essa definição caracteriza a linguagem em seu caráter formal, como um veículo de comunicação, uma ferramenta descritiva e organizadora da realidade. No campo dos estudos da Psicologia da Linguagem, perspectivas formais tratam a linguagem como responsável pela descrição da realidade, entendida como representação do mundo em signos.

“(...) a ênfase das investigações recai sobre a dimensão formal da linguagem, sobre o conjunto de princípios sempre gerais, isto é, as bases ou condições universais de possibilidade de todo o dizer sobre o mundo. Sob estas condições a linguagem é delimitada à sua dimensão de tradutor universal, sem inserção direta sobre o conjunto dos acontecimentos que, então, lhe caberia somente representar e transmitir.” (TEDESCO, 2001, p. 29.)

Tal perspectiva enfatiza os aspectos estruturais da linguagem, priorizando os princípios gerais e universais que tornam possível o ato de “dizer sobre o mundo”. Nesse sentido, a linguagem é compreendida como um sistema autônomo, um tradutor universal de uma realidade preexistente, separada dos sujeitos e de seus modos de viver e sentir.

Em contrapartida, a partir dos anos 1960 inicia-se um movimento crítico formado por pensadores de distintas áreas, sobretudo da Filosofia e da Psicologia, que passa a questionar o modelo representacional da linguagem. Nesse novo paradigma a linguagem deixa de ser apenas um meio de tradução da realidade e passa a ser compreendida como força produtora de sentidos, ou seja, de processos de subjetivação. Falar, escrever, narrar não são apenas formas de descrever o mundo, mas também de agir sobre ele, de instaurar realidades. Entendendo que nossas formas de sentir e de nos comunicar são expressas pela linguagem, percebe-se que a linguagem intervém em nosso pensamento, produzindo contornos e enquadres.

No texto “Estilo-Subjetividade: o tema da criação nos estudos da Psicologia da Linguagem”, Silvia Tedesco (2001) nos apresenta a importância deste movimento crítico para discutir o elo entre linguagem e subjetividade:

“As palavras não descrevem os fatos, mas invadem o empírico e participam de seu engendramento, implementando transformações. Ao falarmos de sentido estamos sublinhando o sentido pragmático das palavras, a potência dos signos de atuação. E para compreendermos o modo de funcionamento da força ilocutória das palavras, cabe articular esta noção à do duplo funcionamento da linguagem. Observamos, portanto, que a dupla natureza da linguagem (planos linguísticos e não-linguísticos) nos conduz à afirmação de duas modalidades distintas de atuação sobre o empírico e, em especial sobre a subjetividade. Uma delas caracteriza-se pela função repetidora dos sentidos estabelecidos, quando

a outra inaugura séries infinitas de novas significações” (TEDESCO, 2001, p. 33).

A linguagem, assim, torna-se parte de um campo de criação, produzindo também deslocamentos e intervenções. Ao invés de somente repetir sentidos normalizados e conformidades, as práticas discursivas abrem espaço para a emergência de novos sentidos, capazes de reconfigurar o vivido. O valor pragmático das palavras se estabelece nos efeitos do dito, a fala não é neutra, tampouco passiva, ela age, mobiliza, convoca, afeta e é afetada. É nesse sentido que a linguagem, mais do que ferramenta de representação, opera como intervenção no real.

Para o desenvolvimento deste pensamento sobre o sentido pragmático das palavras, destaca-se a importância de articular esta noção dos 3 planos funcionamento da linguagem (planos linguísticos, extralinguístico e não linguísticos). O domínio do linguístico refere-se à regularidade, à expressão organizada pelo sistema de signos, a sintaxe linguística e gramatical, com suas significações convencionais. Já o não linguístico da linguagem é onde opera o diverso não subordinável às classificações, um plano sem organização. *Permite à palavra pôr-se em variação contínua, colar na diferença sem dobrar-se à identidade de categorias sintáticas do linguístico ou às ressonâncias discursivas das formações históricas* (TEDESCO, 2008, p. 129).

A forma do linguístico organiza a intensidade da diversidade empírica através de categorias estáveis e inteligíveis. No entanto, essa ordenação homogeneiza a diferença, suprimindo a multiplicidade e as inconstâncias próprias da experiência. Ou seja, a linguagem não apenas nomeia, mas conforma o real. Nesse movimento de expressão há sempre algo que escapa à representação, algo que não tem palavra, fato que possibilita uma abertura para a criação. A partir do contato com o não sentido, novos sentidos. são criados.

Logo, entende-se que a linguagem em seu duplo funcionamento, como meio sistemático da comunicação humana, por meio de palavras, gestos e expressões, reproduz e cria realidades. Representa ao mesmo tempo em que produz o mundo. Ainda seguindo com Tedesco:

A afirmação sobre a dupla natureza da linguagem, presente na reciprocidade (...), implica em compatibilizá-la com o duplo funcionamento, estabelecido nas relações de repetição e diferença. É dado aos signos linguísticos, cujo comportamento está pautado na repetição de seus princípios internos, conectarem-se com o não-linguístico, pleno de irregularidades ou diferenças, e

nesse movimento, inventar novos sentidos que, por seu caráter pragmático, desestabilizam a regularidade, seja da realidade empírica, seja de sua própria composição, introduzindo o heterogêneo, a diferença nos conjuntos de discursos e outras práticas vigentes (TEDESCO, 2008, p. 134).

A articulação entre os planos linguístico e não linguístico da linguagem permite pensar a produção de sentido como um movimento dinâmico entre repetição e diferença. Conforme destaca Tedesco (2008), os signos linguísticos se organizam por princípios de repetição, estruturas gramaticais, regras sintáticas, convenções discursivas. No entanto, ao se conectarem com o plano não linguístico, onde pulsa o heterogêneo e o indizível, esses mesmos signos podem desestabilizar sua regularidade e abrir-se à invenção. É nesse ponto que a repetição deixa de ser reprodução do mesmo e passa a incluir a diferença.

A tensão entre repetição e diferença, como explicitado acima, conecta linguagem com a criação e a produção de subjetividade. Ao falar do duplo funcionamento da linguagem, temos contato com o atravessamento dos planos entre o dizer que repete formas já instituídas e o dizer que inventa, que escapa à ordem ao performar a diferença. A repetição não é vista apenas como reprodução, mas como abertura à variação. Assim, a linguagem não se limita a representar o mundo, mas o recria constantemente.

Esse movimento dinâmico da linguagem pode ser exemplificado a partir de uma situação experimentada em um encontro do grupo terapêutico com estudantes universitários¹³. Numa sessão do grupo, uma integrante retoma uma narrativa que já havia sido compartilhada em encontros anteriores: a vivência de exaustão frente às exigências acadêmicas e a sensação de inadequação e fracasso. Inicialmente, trata-se de uma repetição, uma história já contada, marcada por elementos que retornam associado as provas do final de período. Mas através da circulação das falas, o que se observa é que, ao contar novamente, o tom muda, a escuta se transforma e novas palavras emergem. Desta vez, a narrativa se encadeia com a fala de outro integrante, que nomeia um sentimento semelhante como “viver se escondendo atrás de entregas”. Esse pequeno deslocamento lexical, aparentemente sutil, reconfigura o campo de sentido. O sofrimento que antes era narrado em termos de fracasso pessoal passa a ser compreendido como uma experiência coletiva, situada em um sistema que produz invisibilidades e silenciamentos.

¹³ Este trabalho de grupo refere-se ao GASEE (Grupo de atenção à saúde entre estudantes).

Esse gesto de recontar não foi simples repetição, produziu um efeito de variação através do contato com o coletivo acionado pelas falas em grupo. A palavra reaparece, mas não é a mesma, há um desvio que promove a abertura de um espaço entre o já-dito e o que agora se diz. Neste espaço de abertura, descola-se a individualização experimentada devido as “entregas do final de período”, o qual evoca o sentido de uma dificuldade pessoal, de não ser adequada naquele espaço. O regime de sentido estabelecido entre *exigência acadêmica* e *fracasso pessoal* ganha outra ressonância quando atualizado no contexto do grupo.

Esse processo revela que o sentido não está contido nas palavras, mas é constituído na relação, na situação enunciativa, no “entre” que se constrói na dimensão do coletivo. A naturalização do sofrimento como fracasso individual começa a ser desfeita quando a palavra encontra outras afetações e outros sentidos. A percepção de se ver “escondida pelas entregas”, muda a relação causal, deixa de ser a pessoa que não consegue alcançar a entrega, mas as entregas que escondem a pessoa. A linguagem, assim, deixa de funcionar como representação estável e passa a operar como acontecimento.

A palavra “exigência”, por exemplo, que antes carregava o peso de sofrimento individual, passa a ser percebida como sintoma, expressão de um modo de viver que empurra a pessoalização e ao silenciamento. Esse deslocamento de sentido revela-se como abertura. O grupo, por meio da circulação de falas, possibilita que o enunciado amplie seu sentido. Cada ato de fala, cada narrativa, carrega consigo não só a repetição da norma, mas também a potência de se diferenciar. É a partir desse entrelaçamento que emergem novas formas de sentido, novos modos de viver e narrar o mundo.

Ao incluirmos o contexto do dito, os fatores associados produzem uma infinidade de possibilidades junto às modulações circunstanciais. Integram-se linguagem e acontecimento, sendo próprio do dizer produzir sentidos. Gilles Deleuze, no livro *Lógica do Sentido*, no capítulo sobre linguagem inicia sua escrita com a afirmativa de que “são os acontecimentos que tornam a linguagem possível”, trazendo, assim, a seguinte reflexão:

Tornar a linguagem possível significa isto: fazer com que os sons não se confundam com as qualidades sonoras das coisas, com o burburinho dos corpos, com suas ações e paixões. O que torna a linguagem possível é o que separa os sons dos corpos e os organiza em proposições, torna-os livres para a função expressiva. É sempre uma boca que fala; mas o som cessou de ser um ruído de um corpo que come, pura oralidade, para tornar-se uma manifestação de um sujeito que exprime. É sempre dos corpos e de suas misturas que falamos, mas

os sons cessaram de ser qualidades atinentes a estes corpos para entrar com eles em uma nova relação, a de designação e exprimir esse poder de falar e ser falado. (...) A expressão se funda no acontecimento como entidade do exprimível ou do expresso. (DELEUZE, 1974, p. 187)

Essa formulação desloca a linguagem de uma lógica representacional e a inscreve no campo do acontecimento. Os sons, os gestos, as palavras, antes confundidos com o burburinho indistinto dos corpos, são levados à condição de expressão, isto é, de produção de sentido a partir de uma separação mínima que permite dizer algo do mundo sem se confundir com ele. Pode-se entender que a linguagem estaria nessa dobra entre corpo e expressão, entre vivência e enunciação, e é justamente nesta dobra que o acontecimento do dizer se dá.

Retornando à ideia da palavra *coletivo* em sua dupla ocupação gramatical (adjetivo e substantivo), indicávamos a importância do contexto na construção de sentidos, ou seja, a depender da situação em que uma frase é dita, ela pode adquirir distintos significados. E até mesmo gerar novos sentidos, como visto anteriormente. Nesse processo, o enunciado não está restrito a uma significação, ao contrário, ele se transforma à medida que circula, ressoa em diferentes corpos e se encontra com outros dizeres.

No contexto dos estudantes universitários, por exemplo, a frase “sou estudante”, quando dita por alunos dos primeiros períodos do curso, traz toda a novidade da entrada na universidade: a conquista da vaga na instituição pública, as curiosidades sobre a formação, as dúvidas da escolha profissional, entre outras possibilidades. Já no final da graduação, essa mesma frase ganha outros sentidos, adquire outra forma, recai em maior incidência sobre a saída da universidade: o processo de transição de deixar de ser estudante, a entrada no mercado de trabalho, o trabalho de conclusão de curso, a conquista da formação, os problemas burocráticos com a instituição, o anseio da vida profissional, a urgência da conclusão etc.

A multiplicidade de sentidos associados a essa mesma frase foi observada nos encontros do grupo¹⁴, ao ser enunciada por diferentes vozes. A condição de *ser estudante* é experienciada em modulações ao longo da graduação, marcada pelas conjunturas de cada tempo, pelos períodos do curso, pelas amizades, pela distância de casa, entre outras

¹⁴ O grupo em questão refere-se ao grupo terapêutico de estudantes (GASEE), o processo de construção do grupo será trabalhado no eixo 2: Caminhos da pesquisa

instâncias contextuais. Essa diversidade de modulações revela que o sentido não está dado, mas se constitui na enunciação, no acontecimento da linguagem com suas relações.

Ao ser repetida de diferentes formas, a frase “sou estudante”, que parecia uma simples afirmação sobre a condição de ocupação, produz um estranhamento coletivo, que desestabiliza a naturalidade do enunciado. Nesse contexto, emerge a seguinte fala: “existem muitas formas de ser estudante”. A repetição, nesse caso, não reafirma o mesmo, mas torna visível a diferença. Cada enunciação possui marcas singulares que, ao se encontrarem, compõem o grupo como um espaço heterogêneo.

“(...) Tal multiplicidade de enunciações não constitui um somatório de ocorrências enunciativas que possam ser individualizadas. Sem que seja possível precisar a autoria do evento linguístico, este se estabelece pelas articulações, intervenções mútuas entre os ditos, isto é, como “agenciamento coletivo de enunciação” (Deleuze e Guattari, 1995). A pluralidade do enunciado linguístico destitui a individualidade da função de ponto de partida para linguagem e coloca esta última na posição de efeito ocasional. Ou seja, a frase descontextualizada assim como a enunciação isolada correspondem a operações artificiais de extração do dito da rede de dizeres que lhe constitui efetivamente. Em resumo, o sentido é sempre coletivo e portador do acontecimento” (TEDESCO, 2008, p. 29-30).

Essa compreensão rompe com a ideia de enunciação individualizada, a multiplicidade das formas de dizer não se reduz às pessoalidades. Cada enunciação comparece como efeito de um campo de forças, e é nesta trama que o enunciado ganha forma. Segundo Guattari: “a subjetividade coletiva não é resultante de uma somatória de subjetividades individuais. O processo de singularização da subjetividade se faz associando, aglomerando dimensões de diferentes espécies” (GUATTARI, 1986, p.37). Nessa perspectiva, interessa-nos menos quem diz e mais o contexto de produção do dizer, pois o sentido é sempre coletivo.

O grupo, como dispositivo clínico, favorece o contato com a dimensão coletiva. Através da multiplicidade de enunciações, amplia-se a possibilidade de contraste, repetições e variações de sentidos. O conceito de *agenciamento coletivo de enunciação*¹⁵ (DELEUZE, GUATTARI, 1995) desloca o foco da origem da fala, inicialmente localizada no sujeito falante, para o seu modo de funcionamento. Como trabalhado por Tedesco no artigo “*Todo mundo sabe que a universidade adoece*”

¹⁵ O conceito de agenciamento coletivo de enunciação será trabalhado com mais detalhes nos próximos capítulos.

(2022), o conceito de agenciamento coletivo de enunciação indica dois modos de manejo clínico-grupal:

Retomo dois modos de manejo clínico-grupal já comentados acima: a circulação das falas e as interferências recíprocas. Os dois aspectos do manejo provocaram dois efeitos interligados que nos interessam: a reconfiguração das narrativas e de seus sentidos e, com esta, a reconstrução coletiva dos afetos experimentados na universidade. Volto aos modos de manejo. Primeiro deles diz da ativação de algo que atravessa a todos, daquilo que é de todos, não sendo, portanto, de ninguém e que, em especial, revela um conjunto de determinantes mais amplo que o da vida íntima de cada um. No lugar da experiência individualizada, propomos a coletivização das afetações que permaneciam silenciadas porque submetidas ao controle da prática diária da individualização, da privatização do sofrimento que, uma vez circunscrito ao indivíduo, lhe provoca afetos de culpabilização, de insuficiência para realizar seus projetos. “Eu não estou preparado”, “não dou conta”. Já nas conversas iniciais do atendimento em grupo observam-se os efeitos das reverberações entre as falas constituidoras de grupalidade, do acesso à dimensão coletiva em nós. (TEDESCO; BISPO; COSTA, 2022, p.12).

Os modos de manejo explicitados, promovem um deslocamento da lógica individualizante do sofrimento, abrindo espaço para uma leitura ampliada e coletiva dos processos de cuidado e de adoecimento. Trata-se de um movimento clínico que produz a reconfiguração das narrativas, onde o sofrimento ganha a dimensão de um mal-estar coletivo. Desse modo, a própria universidade passa a ser considerada como um dos determinantes desse mal-estar coletivo, desloca-se do lócus individual, fazendo emergir outras vias para experienciar o contexto universitário.

No campo da clínica e da pesquisa em psicologia, essa virada da perspectiva individual para a coletiva, e, portanto também, política, possibilita trabalhar a linguagem não apenas como representação, mas como expressão e intervenção. Aposta-se na potência da narrativa como estratégia de cuidado, especialmente quando construída em grupo. As narrativas coletivas, nesse sentido, emergem como práticas de resistência, dão forma a experiências silenciadas, tensionam os modos instituídos e criam aberturas para novas formas de lidar com a vida.

É nesse entrelaçamento que o grupo, enquanto dispositivo clínico, configura-se como espaço de acontecimento. Lugar onde o dizer não emerge de sujeitos isolados, mas de uma trama coletiva. Cada fala, ao circular, atravessa o grupo, algo *acontece com* a partir das reverberações múltiplas entre os corpos e suas histórias. Como visto, o manejo clínico-grupal, ao favorecer a *circulação das falas* e as *interferências recíprocas*,

funciona como ativador de deslocamentos, desorganizando sentidos cristalizados e possibilitando criações.

“Nossa tarefa era analisar estados mistos, agenciamentos, aquilo que Foucault chamava de dispositivos. Era preciso, não remontar aos pontos, mas seguir e desemaranhar as linhas: uma cartografia, (...). É nos agenciamentos que encontraríamos focos de unificação, nós de totalização, processos de subjetivação, sempre relativos, a serem sempre desfeitos a fim de seguirmos ainda mais longe uma linha agitada. Não buscaríamos origens mesmo perdidas ou rasuradas, mas pegariamos as coisas onde elas crescem, pelo meio: rachar as coisas, rachar as palavras” (DELEUZE, 1992, p.109).

Não se trata de decifrar conteúdos, buscar origens ou elaborar diagnósticos, mas de acompanhar os movimentos, os processos de produção. É nesse sentido que nos aproximamos da proposta cartográfica, tal como formulada por Deleuze e Guattari (1995). A pesquisa, assim como o trabalho clínico, transforma-se em um gesto de seguir os estados mistos, os agenciamentos. Essa escolha, ética e política, implica em recusar a linearidade e se aliar com a multiplicidade. *Rachar as coisas, rachar as palavras*, é um gesto clínico que visa abrir fissuras no instituído, romper com os sentidos hegemônicos e produzir espaços de invenção. A palavra rachada não é ruína, é possibilidade. A clínica que se faz nesse gesto não é restauração, mas criação de novas formas de dizer, de sentir e de existir.

Quando um sentimento, vivido de forma íntima, individual, ganha ressonância no grupo, ele se desprivatiza. O narrar, nesse contexto, não apenas comunica, mas coletiviza os afetos, desindividualiza os modos de sentir. É o que acontece, por exemplo, quando um estudante narra sua exaustão silenciosa diante das exigências da universidade, e essa fala ecoa em outros corpos que reconhecem nela algo de comum, de produção institucional. Não se trata de identificar a origem, mas de reconhecer que há algo do mundo, da política, da instituição, do tempo em que vivemos operando na constituição daquela sensação.

“O grupo assim produzido, como dispositivo analítico, poderá servir às descristalizações de lugares e papéis que o sujeito-indivíduo constrói e reconstrói em suas histórias. A questão não mais seria buscar uma identidade do indivíduo ou do grupo, mas em se perguntar sobre que outros agenciamentos poderiam ser feitos” (BARROS, 2009, p. 152).

O grupo, então, torna-se um espaço de ativação de movimentos coletivos. As narrativas carregam consigo os agenciamentos, afetos e histórias que, ao circularem,

ganham novas camadas de sentidos. Deste modo, a produção de sentidos não está na universalização das experiências partilhadas, mas nas suas composições, no contato com as *formas plurais do singular*. É nesse movimento que o grupo se afirma como dispositivo clínico, para além dos diagnósticos ou identidades fixas, e busca abrir novas vias, promover perguntas e encaminhar novos encaminhamentos.

Para tal, deve-se estar atento aos múltiplos atravessamentos que constituem os contextos de produção, de modo a ocupar o território de pesquisa, habitá-lo, fazendo parte de suas relações. No prefácio do livro “Saberes Plurais e Epistemologias Aterradas” (SANTOS, 2020), Wanderson Flor do Nascimento nos traz a ideia de pluralidade, da qual buscamos aproximar para entender o coletivo como a dimensão que nos possibilita acessar as *formas plurais do singular*:

“Em torno da proposta de epistemologias aterradas, o tema da pluralidade aparece como fundamental. E não apenas pluralidade como fato, mas como fazer, como movimento, como pluralizar. Pluralizar sujeitos, pluralizar vozes, pluralizar modos de compreensão da vida e dos projetos de futuro. Pluralizar os diagnósticos do que – e como – sejam os problemas do tempo presente e pluralizar a possibilidade de encontro com as ferramentas de cada povo – com sua história singular, com suas relações particulares com suas ancestralidades – para buscar caminhos para lidar com esses problemas.” (NASCIMENTO, 2020, p. 32)

Neste sentido, a psicologia aqui está sendo pensada na direção de construir outros caminhos epistemológicos, que colaborem para a construção de ferramentas coletivas para pensar a saúde e o cuidado. As quais estejam de acordo com as realidades brasileiras, com as nossas comunidades, culturas e povos, considerando suas diferenças e singularidades. De acordo com a noção de Clínica Ampliada, que reconhece os atravessamentos sócio-históricos e culturais nos processos de produção de saúde.

Ao apostarmos nas práticas coletivas como potencializadoras do cuidado em saúde, torna-se necessário interrogar a produção de subjetividade e seus modos de subjetivação. Exercitar a experimentação de um coletivo que vá de encontro aos rearranjos da grupalidade, de forma a investir na inclusão de saberes plurais, no reconhecimento da diversidade dos modos de perceber a saúde e de lidar com o adoecer.

O grupo como dispositivo clínico-político

Para pensar o trabalho clínico com grupos, é fundamental retornar aos estudos desenvolvidos no campo da Psicologia. Uma das concepções que marcou essa área é a ideia de que *“um grupo é mais que a soma das partes”* e que *“o grupo é uma realidade irreduzível ao indivíduo que o compõem”*. Tais formulações foram desenvolvidas por Kurt Lewin, considerado um dos precursores da dinâmica de grupos. Considerando o grupo como um sistema de relações que se estrutura exteriormente aos sujeitos que o constituem, Lewin propôs que o grupo deve ser visto como uma totalidade dinâmica, trazendo a importância da interdependência entre os membros do grupo¹⁶. Essa abordagem traz um modo de compreender o grupo como um dispositivo.

(...) as teses *“grupistas”* que consideram o grupo como uma entidade distinta dos indivíduos que o compõem. A referência privilegiada será ao grupo que, ao se distinguir como outro ser, ganhará estatuto próprio, transformando-se numa espécie de *“a priori”* para a compreensão dos movimentos que nele se dão. (BARROS, 2009, p. 146).

Nesse âmbito o grupo é visto como uma totalidade, definição que se associa a uma perspectiva dicotômica, marcada pela oposição entre indivíduo e grupo, analisados separadamente. O sentido apresentado fundamenta uma lógica homogeneizante que produz a totalização dos integrantes do grupo. Ao invés de pensarmos o grupo como a soma das partes que resulta numa unidade, propomos entendê-lo enquanto coletivo. O coletivo não visa a homogeneidade, mas se organiza a partir da multiplicidade, reconhecendo as diferenças que atravessam e transformam continuamente a experiência grupal.

O conceito de coletivo nas Ciências Humanas aparece historicamente associado à noção de social em oposição à dimensão individual, marcado pela dicotomia entre indivíduo e sociedade (KASTRUP, ESCÓSSIA, 2005). Essa perspectiva binária estrutura parte significativa das análises e práticas grupais, onde os termos coletivo e social costumam ser tomados como opostos ao conceito de indivíduo, vistos como campos distintos e separados. Essa cisão reforça a ideia de pensamento que busca isolar e categorizar os fenômenos, associando-se as dicotomias entre mente e corpo, teoria e

¹⁶ Conferir a referência

prática, sujeito e objeto. Este fato repercute na forma com que os processos coletivos são compreendidos e trabalhados.

Esta concepção de coletivo se estrutura na matriz do pensamento moderno, cuja lógica cartesiana opera pela separação dos campos de saber, valorizando a razão e a centralidade no sujeito individual. A modernidade funda-se na crença de que o conhecimento válido é aquele produzido a partir de métodos científicos rigorosos, guiados pela razão e distantes dos enganos do corpo. Com isso, a figura do sujeito moderno, como indivíduo (independente, autocentrado e racional), passa a ocupar o centro das teorizações sobre a existência.

“Atualmente há um certo consenso em torno da ideia de que esta configuração moderna do indivíduo ganha consistência a partir dos séculos XVIII e XIX. (...) Na realidade, somente as transformações estruturais engendradas pela construção do mundo burguês criam as condições que permitem uma impregnação progressiva na cultura e no tecido social dos elementos que compõem essa noção. Instituições, saberes, representações e práticas coletivas, em cada um desses níveis constata-se a sua influência crescente. A criação de uma esfera privada de existência, a difusão de práticas disciplinares, a intimização das relações pessoais, o surgimento de instituições voltadas para o controle de indivíduos, o surgimento de uma literatura romântica mergulhada nos conflitos íntimos de seus personagens, a valorização da infância etc. são alguns dos fenômenos que – no nível da subjetividade – testemunham o formidável processo de construção histórica do indivíduo moderno” (BEZERRA, 2009, p. 130).

Assim, o indivíduo tal como conhecemos hoje é efeito de um processo de construção histórica, atravessado por instituições, saberes e práticas socioculturais. A consolidação do indivíduo está associada à emergência do mundo burguês, que estabelece condições materiais, simbólicas e políticas para o fortalecimento de uma subjetividade centrada na interioridade. De acordo com Benilton Bezerra Junior: “O indivíduo moderno é um dos moldes imaginários que a história lhe oferece para ganhar existência social” (BEZERRA, 2009, p. 131).

Ao refletir sobre o processo de individualização do homem, nota-se que se constrói numa perspectiva colonialista, atrelada ao desenvolvimento do capitalismo no decorrer dos séculos XVIII e XIX. Seguindo o pensamento de Michel Foucault (1998), entende-se este sujeito como uma construção histórica, política e estética efetivada por estratégias de regulação, normalização e controle:

“(...) o capitalismo, desenvolveu-se em fins do século XVII e início do século XIX, socializou um primeiro objeto que foi o corpo enquanto força de produção, força de trabalho. O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade bio-política” (FOUCAULT, *Microfísica do poder*, p. 80).

O corpo, nesse sentido, torna-se objeto de um conjunto de tecnologias de poder que moldam nossos modos de ser, agir e sentir. A dimensão biopolítica revela o quanto a subjetividade moderna está imbricada em estratégias de controle que ultrapassam a mera interiorização de normas, e se efetivam em práticas concretas institucionais, como as escolares, hospitalares, jurídicas, familiares etc. A emergência do indivíduo como unidade independente e racional é, portanto, inseparável das tecnologias de poder que incidem sobre os corpos e seus comportamentos.

Nessa perspectiva, as práticas grupais se apresentam aliadas à noção de indivíduo. Tal como se desenvolveram no campo das ciências psicológicas, frequentemente reafirmam os processos de individualização, funcionando como espaços de reforço ou de adaptação do sujeito à condição de cidadão, com seus direitos e deveres. Com isso os grupos tornam-se, geralmente, instâncias de ajuste, regulação e/ou mediação de conflitos. Esse movimento é visível, por exemplo, em dinâmicas de grupo no âmbito empresarial (articuladas à lógica da produtividade e da eficiência), em intervenções assistencialistas que reforçam papéis sociais fixos, ou ainda em práticas no campo da saúde mental que, embora se proponham coletivas, muitas vezes mantêm o foco na responsabilização individual.

“Assim é que os sujeitos-indivíduos são efeitos da serialização capitalística que investe o desejo como sendo do indivíduo, e o social como algo que se constrói a partir do desejo individual. (...) A identificação da subjetividade à individualidade tem sido uma das estratégias de se reduzir os componentes múltiplos e heterogêneos dos modos possíveis de subjetivação a apenas uma de suas possibilidades – a representação universalista e unificada no indivíduo” (BARROS, 2009, p. 150).

Essa configuração limita ações dos trabalhos com grupos, na medida em que reduz a potência coletiva à função de correção, normatização ou adaptação dos sujeitos a padrões preestabelecidos. Em vez de operar como espaços de criação de novos modos de existência e fortalecimento das singularidades, muitas das práticas grupais acabam

reproduzindo lógicas de captura e domesticação da diferença, reforçando a identificação da subjetividade à individualidade.

Dessa forma, a potência dos encontros grupais é muitas vezes neutralizada pela insistência em modelos de intervenção que visam restaurar ou garantir uma "normalidade" previamente definida. Ao submeter os processos de subjetivação a uma norma individualizante, perde-se a possibilidade de pensar o grupo em sua dimensão coletiva. Assim, estaremos repensando os dispositivos grupais, reconhecendo neles a potência de criar espaços de experimentação, de invenção e de transformação subjetiva.

Como reflexo da lógica dicotômica nas práticas grupais, observou-se no trabalho de manejo clínico um grande desafio: a dificuldade de adesão ao formato terapêutico grupal. Esse movimento de recusa ao grupo foi percebida de forma estrutural, não apenas por parte dos estudantes/usuários do serviço, mas por parte da própria instituição e, também, pelos estagiários do serviço de psicologia (SPA).

As experimentações clínicas nos grupos de acolhimento (experiência mencionada como fundamental para a formação do atual grupo terapêutico GASEE) revelaram modos de recusa ao formato grupal que se manifestavam de diversas formas. Setores da instituição se colocaram contra o formato de acolhimento em grupo, questões burocráticas apareceram como problemáticas a serem enfrentadas, havia um estranhamento.

A própria proposição do grupo era colocada de maneira inferiorizada, sempre em comparação ao atendimento individual: o convite ao grupo surgia quase como uma “segunda opção”, “como não temos vagas para todos”, sendo o grupo uma espécie de triagem em que o atendimento individual seria reservado para os casos mais graves ou para quem “realmente precisa”. Isso gerava um grande mal-estar, especialmente no que diz respeito ao desafio de estabelecer e sustentar o grupo como dispositivo clínico potente.

Foi necessário primeiramente trabalhar em nós, profissionais/estagiários que estávamos oferecendo atendimento, operar em nós uma desconstrução da individualização do sofrimento psíquico. Negociar com os setores institucionais uma aposta no grupo, uma experimentação. Acreditar no trabalho grupal em sua potência multiplicadora de sentidos, para que ele pudesse, de fato, se efetivar. Entre os usuários/estudantes, a resistência também se apresentava, pois chegavam em busca de atendimento individual. Ao ser proposto o acolhimento em grupo surgiam receios: “como funciona o grupo?”, “meu caso é muito grave para ser tratado em grupo” ou “sou tímido

e não consigo falar em público”. Essas falas expressavam um misto de desconfiança e curiosidade, marcando uma recusa na adesão ao processo terapêutico grupal, sendo sempre referendado ao individual.

Esses sinais, de rejeição ao trabalho terapêutico em grupo, trazem problemas importantes a serem pensados: o que faz o atendimento em grupo ser visto de maneira tão marginalizada? Como dito, há uma construção histórica que sustenta esse entendimento, onde as práticas grupais se associam a processos terapêuticos complementares. O desenvolvimento globalizado dos modos privatistas de consumo associado ao avanço das lógicas neoliberais do capitalismo explica em grande parte essa recusa ao grupo. Essa associação, ainda que feita de forma imprecisa, atravessa a percepção de um senso comum sobre os grupos, reforçando a ideia de que o atendimento especializado deve ocorrer de maneira individual. Este fato produz rejeição ao processo terapêutico /resistência à adesão, dificultando a implementação do grupo como um dispositivo potente de cuidado clínico.

Para avançarmos nessa discussão do grupo enquanto dispositivo, retornamos à construção do conceito de coletivo, destacando como sua compreensão se inscreve numa lógica de pensamento que separa, hierarquiza e normatiza:

“O conceito de coletivo tem sido frequentemente utilizado, seja no âmbito da psicologia, seja no âmbito da sociologia, para designar uma dimensão da realidade que se opõe a uma dimensão individual. (...) uma filosofia oficial da ciência legitimou o estabelecimento de fronteiras entre os saberes, possibilitando, no âmbito das ciências humanas e sociais, a emergência de dois domínios específicos: a Psicologia e a Sociologia. A primeira divisão operada entre esses domínios, no que diz respeito ao objeto, é um claro desdobramento do pensamento dicotômico. À psicologia coube o estudo dos fenômenos individuais e à sociologia o estudo dos fenômenos sociais ou coletivos” (KASTRUP, ESCÓSSIA, 2005, p. 295-296).

Esse contexto nos auxilia a compreender como as práticas grupais são atravessadas pela dificuldade de se desprenderem da lógica centrada no sujeito-indivíduo. A resistência ao dispositivo grupal, tanto por parte dos usuários quanto das instituições, não é um fenômeno isolado: ela ecoa uma história de separação e hierarquização dos saberes. A Psicologia, pensada separadamente do campo dos fenômenos sociais, reduz-se à dimensão individual, assumindo um lugar funcional nas análises, ao reproduzir as lógicas dicotômicas que mantêm o sujeito atrelado às formas fixas de subjetivação, ao ideal de sujeito universal.

Nesta pesquisa buscaremos nos afastar desta concepção, pois ao conceber o grupo como um dispositivo clínico-político, busca-se afirmar a subjetividade como um processo de construção coletiva. Desta forma é impossível pensar a subjetividade fora das tramas sociais que a constituem. Nesse sentido, o campo do psicológico não se opõe ao social, mas é dele indissociável. A subjetividade é sempre histórica, atravessada por relações de poder e saber. Pensar a clínica no trabalho com grupos, portanto, exige reconhecer que cada sofrimento é também expressão coletiva.

A clínica no exercício do dispositivo grupal promove um deslocamento de sentido, tensionando a perspectiva individualizada dos especialismos do saber. A posição vertical, por vezes até horizontal, estabelecida entre terapeuta/analista/psicólogo e paciente/usuário, dá lugar ao movimento circular em forma de roda¹⁷, os terapeutas compõem a roda junto com os pacientes, participam do grupo, compondo juntos o campo do encontro.

O exercício do manejo clínico está na circulação das falas entre os integrantes do grupo, nas interações e interferências, nos *agenciamentos coletivos de enunciação*. O grupo favorece o contato com a multiplicidade, a percepção de outros sentidos, marcado pela ampliação dos modos de sentir e afetar-se. O cuidado é produzido de forma transversal, onde a circulação se transversaliza, não busca se adequar a uma ordem preestabelecida, mas se equivoca, se desfaz e inventa novos caminhos.

As individualidades perdem seus contornos rígidos, as enunciações se confundem umas às outras, as falas não necessitam de personificação identitária. Os ditos se atravessam em consonante surpresa: “achei que não fosse conseguir falar no grupo, mas foi muito bom”. Os olhares se encontram num balançar de cabeças em sentido afirmativo, compondo uma rede de sentidos partilhados. Essa vivência de grupo, desconstrói a ideia do “caso grave” e do “eu tímido”, sendo através da experimentação com o coletivo que a noção de identidade fixa se torna menos rígida, a crença na ideia de que “eu sou assim” se amplia para poder ser de outras formas. Há uma performance sentida no corpo, um movimento de produção subjetiva onde se experimenta a possibilidade de variação.

Ao invés de *sujeito*, de sujeito de enunciação ou das instâncias psíquicas de Freud, prefiro falar em *agenciamento coletivo de enunciação*. O agenciamento

¹⁷ Os encontros em grupo são organizados pelo formato de roda, para facilitar a comunicação e a circulação da fala, de modo a mover as forças hierárquicas. Não estamos de modo algum negando as posições de poder que existem no grupo, principalmente entre analista e paciente, mas buscamos tencioná-las sob outros formatos.

não corresponde nem a uma entidade individuada, nem a uma entidade social predeterminada. A subjetividade é produzida por agenciamentos coletivos de enunciação. Os processos de subjetivação, de semiotização – ou seja, toda a produção de sentido de eficácia semiótica – não são centrados em agentes individuais (no funcionamento de instâncias intrapsíquicas, egóicas, microssociais), nem em agentes grupais. (GUATTARI, *Revolução Molecular*, p 30-31)

Ao propor o conceito de agenciamento coletivo de enunciação, Guattari desloca a ênfase do sujeito como origem da fala ou da ação para uma produção de sentido que emerge da interação entre as relações estabelecidas com o mundo. Em vez de um funcionamento psíquico estruturado e hierarquizado, o que está em jogo é uma subjetivação rizomática, aberta à multiplicidade e à criação. Pretende-se, assim, pensar o grupo em sua capacidade de formar redes e vínculos, afirmando a experiência coletiva em sua heterogeneidade.

Para ter acesso à dimensão coletiva, direcionamos o percurso de pesquisa para os processos de produção de sentidos, onde as realidades são construídas, nossos modos de subjetivação, em especial na experiência com o grupo enquanto dispositivo clínico. Buscamos, assim, embaçar os limites da representação, nos distanciando da fixidez rígida das dicotomias para abrir espaço à “ampliação de nossa concepção de mundo e incluir o plano movente da realidade das coisas.” (ESCOSSIA, TEDESCO, 2007. p. 92).

Pensar o grupo como dispositivo nos permite ir além da ideia de grupo como unidade, reunião de sujeitos ou instância de mediação entre indivíduo e sociedade. Passamos a compreendê-lo como campo de produção heterogênea, de encontro com a diferença, na variação dos afetos sentidos e compartilhados. A partir destas reflexões, afirma-se um posicionamento ético-estético-político sob uma perspectiva transdisciplinar em clínica.

O que temos chamado de clínica transdisciplinar é uma construção que emerge da atitude do clínico, do Psicólogo ou Psicanalista, de explorar as regiões de vizinhança da clínica com outros saberes para, a partir daí, construir suas estratégias. (...) Aumentando a possibilidade que estabeleçamos novos e variados agenciamentos, o que se espera é potencializar a vida, catalisar os processos caóticos, criadores, revolucionários, valendo-nos de múltiplos campos do saber, incluindo perspectivas do campo da arte, da filosofia, entre outros muitos campos a partir dos quais possamos fazer funcionar estratégias clínicas (RAUTER, 2015, p.45)

A ideia de grupo como dispositivo desloca o foco de sua estrutura grupal para o processo, permitindo compreendê-lo como uma ferramenta de facilitação e de acesso aos

processos produção de sentido. Ao articular esse entendimento com a proposta de uma clínica transdisciplinar, como apresenta Rauter (2015), evidencia-se uma prática clínica que não se fecha em si mesma, nem em um saber único.

Trata-se de uma clínica que se abre para os atravessamentos de outros campos, numa atitude que não visa atender uma norma ou ajustar o sujeito, mas sustentar e produzir processos que acolham a diferença. Essa perspectiva se compromete com uma clínica que busca compor com os fluxos caóticos e criativos do viver, operando como um catalisador de processos de subjetivação. Reconhece que o sofrimento psíquico não é um dado isolado, individual ou patológico, mas expressão de atravessamentos históricos, sociais, culturais e institucionais que exigem uma abordagem ética-estético-política, atenta a singularidades das experiências em sua dimensão coletiva.

Trata-se de uma aposta na criação, onde o fazer da clínica se efetiva no encontro, atua como uma prática de intervenção que, ao produzir novas formas de lidar com a vida em sua singularidade, desdobra-se em novos modos de habitar o mundo. Pensar a clínica como prática transdisciplinar não significa dissolver as disciplinas e sim fazê-las agenciar novas conexões, operar sobre os saberes instituídos e inventar caminhos que não se restringem aos modelos normativos.

Aqui a noção de transdisciplinaridade vai ganhando novos contornos. Não se trata de abandonar o movimento criador de cada disciplina, mas de fabricar intercessores, fazer série, agenciar, interferir. Frente às ficções preestabelecidas, opor o discurso que se faz com os intercessores. Não uma verdade a ser preservada e/ou descoberta, mas que deverá ser criada a cada novo domínio. Os intercessores se fazem, então, em torno dos movimentos, esta é a aliança possível de ser construída quando falamos de transdisciplinaridade, quando falamos de clínica. Problematicar os limites de cada disciplina é argui-la em seus pontos de congelamento e universalidade. Tratar-se-ia, nesta perspectiva transdisciplinar, de nomadizar as fronteiras, sem torná-las instáveis. Caotizar os campos, desestabilizando-os ao ponto de fazer deles planos de criação de outros objetos-sujeitos, é a aposta transdisciplinar. (PASSOS, BARROS, 2000, P.77)

O clínico, ao fabricar intercessores opera nas margens do instituído, agenciando com outros campos do saber. O que está em jogo não é apenas uma articulação entre saberes, mas a criação de um campo de atravessamentos, a linguagem, os afetos e os corpos se tornam operadores clínicos. Nesse sentido, a clínica transdisciplinar busca estar disposta ao risco. Isso exige uma prática que se deixa afetar, que se implica nos territórios que atravessa. Os intercessores desorganizam as certezas e abrem espaço para a emergência de algo novo. Assim, a clínica deixa de ser um lugar de aplicação de saberes

prontos e torna-se um território de composição e de resistência às formas normativas de subjetivação.

Desse modo, a clínica age nos modos de perceber, nos processos de produção de subjetividade e nas construções de realidade, efetivando-se como uma prática política. A linguagem, nesse contexto, não é tradutor do real, mas o próprio acontecimento de criação de realidade. Falar, narrar, dizer sobre algo é operar na realidade; é nesse movimento que a linguagem se torna ética e política. Ao reconhecer o valor pragmático da linguagem, privilegiamos a experimentação, os encontros onde os sentidos não estão dados, mas são construídos, desconstruídos e reconstruídos.

A linguagem, quando entendida como acontecimento, deixa de ser apenas representação e passa a ser um campo de criação. O grupo, então, funciona como um dispositivo facilitador de produção de acontecimentos. E o acontecimento não está no que é planejado, no que é garantido de antemão, mas no que escapa, no que excede, no que revela: um afeto, uma dobra de sentido, um modo de ser que ainda não tinha lugar e se inaugura no dito.

No entendimento da linguagem em sua dimensão política, o conceito de narrativas acessa o plano coletivo das forças, questionando o pensamento hegemônico e o ideal de indivíduo universal. No contexto universitário, isso implica reconhecer que o sofrimento psíquico entre estudantes não pode ser analisado de forma isolada, como uma problemática individual, mas como expressão de uma instituição que historicamente exclui certas vozes e corpos do espaço acadêmico, produzindo silenciamentos, invisibilizações e adoecimentos.

Ao considerar o grupo como dispositivo clínico-político, nos aproximamos também das contribuições da Análise Institucional, que nos convida a olhar para a instituição não apenas como uma estrutura formal, mas como um campo dinâmico atravessado por forças instituintes, instituídas.

Toda instituição é criação, isto é, toda sociedade, em um determinado momento histórico-político, institui certas formas de existir, porque cria, inventa, faz confluir alguns movimentos ou transforma outros já existentes. Ao instituir formas, a sociedade articula redes de saberes-poderes. Toda instituição se produz em um campo de forças, em um campo de tensão entre movimentos instituintes e instituídos. (BARROS, 2009, p. 123)

De acordo com Barros, a instituição deve ser compreendida como uma construção histórica e política, de invenção social. Ao afirmar que “toda instituição é

criação”, destaca seu caráter dinâmico, atravessado por forças em disputa: movimentos instituídos, que tendem à normatização e à repetição de formas já estabilizadas e os movimentos instituintes, que introduzem variações, rupturas e aberturas para o novo. Nesse campo de tensões, a instituição se estabelece num território de saberes-poderes, reconhecer esse dinamismo é fundamental para que possamos intervir de forma crítica, especialmente em contextos como o universitário, onde o sofrimento psíquico pode ser compreendido não apenas como expressão individual, mas como efeito das formas instituídas de funcionamento.

O trabalho no grupo não busca estabilizar identidades ou interpretar falas a partir de modelos prévios, mas abrir espaço para que o ato de dizer nos leve a questionar, favoreça a construção de recursos e de possibilidades de transformação. No contexto acadêmico, significa compreender o sofrimento psíquico entre estudantes como um *analisador*¹⁸ das dinâmicas institucionais. O grupo funciona como dispositivo de análise, capaz de desinstitucionalizar práticas cristalizadas e produzir novas formas de subjetivação e assim, novos modos de ocupar a universidade e de ser estudante.

As instituições não são somente os objetos ou regras visíveis na superfície das relações sociais. Têm uma face escondida. Esta face, que a análise institucional se propõe a descobrir, revela-se no *não dito*. O ocultamento é produto de uma repressão. Poderíamos falar, aqui, de uma repressão social que produz o inconsciente social. Aquilo que se censura é palavra social, a expressão da alienação e a vontade de mudança. Do mesmo modo que há um retorno do reprimido durante os sonhos ou nos atos falhos, há um “retorno do reprimido social” nas crises sociais. (LOURAU, p.68)

A crise que atualmente vivenciamos nas universidades brasileiras pode ser vista como reveladora, desoculta aquilo que não estava sendo dito. Ao escutar os *não ditos*, os silenciamentos e as tensões se revelam através das narrativas dos estudantes, acessa-se o inconsciente social da instituição, revelando os jogos de forças que sustentam seu modo de funcionamento. Assim, a clínica ultrapassa o campo terapêutico tradicional e afirma-se como prática política, onde é possível tensionar normas instituídas e afirmar novos modos de existência e de pertencimento no espaço acadêmico.

¹⁸ A noção de analisador se mostra fundamental, pois ressalta a irrupção na cena analítica de situações, falas, atos, que desmancham as unidades cristalizadas. (BARROS, Grupo: afirmação de um simulacro, p.259)

O crescente aumento do adoecimento de estudantes funciona como um analisador institucional, não sendo compreendido como fenômeno isolado ou patológico, mas como expressão de um mal-estar coletivo de uma instituição. A não individualização do sofrimento promove uma grande mudança de perspectiva para pensarmos as práticas de cuidado em saúde. Não é um determinado aluno que sofre de tal dificuldade, mas uma condição que perpassa, que atravessa o “ser estudante”.

Desde suas origens, a corrente institucionalista pôs ênfase na relação antagonista entre o *instituinte* e o *instituído* e nos processos ativos da *institucionalização*. A alienação social significa a autonomização institucional, a dominação dos instituído fundada no esquecimento de suas origens, na naturalização das instituições. Produzidas pela história, elas acabam por parecer como fixas e eternas, como algo dado, condição necessária e trans-histórica da vida das sociedades. (LOURAU, p.73)

O adoecimento psíquico dos estudantes pode ser compreendido como efeito da autonomização institucional como descrito por Lourau, ou seja, a naturalização das normas, exigências e modos de funcionamento da universidade como verdades imutáveis, descolados de seus contextos históricos e sociais. O sofrimento emerge, então, como sinal de um conflito latente entre o instituído (as práticas cristalizadas da academia) e os desejos, as diferenças e as forças de transformação dos sujeitos. Essa dinâmica não se estabelece de forma dicotômica, mas como planos que se transversalizam em tensionamentos.

Nesse contexto, o mal-estar universitário atua como um analisador potente, desestabilizando a aparência de neutralidade da instituição. Assim, abrir espaços de escuta e produção coletiva na universidade não é apenas uma intervenção clínica de caráter pessoal, mas um ato político é capaz de interferir nos modos instituídos. Quando a clínica se desloca do plano individual para o coletivo, adquire uma dimensão política de intervenção, onde os sujeitos e os grupos podem interrogar suas posições e confrontar os discursos dominantes.

(...) a partir do momento em que se consegue fazer oscilar, rachar, o caráter de totalização de uma instituição (do Estado ou de um partido), esta, em vez de girar em torno de si mesma como estrutura, pode adquirir uma consistência subjetiva e instaurar todo tipo de modificações e novos questionamentos. É isso que pretendo ao acentuar – quem sabe exageradamente – a diferença entre os grupos que são para si mesmo apenas alguma coisa passiva, os grupos sujeitados, e aqueles que se propõem a interpretar sua própria posição, os grupos-sujeitos.

Cumpra repetir: uma tal práxis não pode ser senão o fato de um sujeito coletivo – o próprio grupo - em seu projeto ser sujeito não somente para si mesmo como também para a História! (GUATTARI, Psicanálise e transversalidade, p.69)

Guattari ao distinguir os grupos-sujeitados (aqueles que se percebem apenas como receptores passivos da norma) dos grupos-sujeitos (que se reconhecem como instâncias criadoras de sentido e de história), nos aponta a força presente na coletividade. Fazer oscilar o caráter totalizante da instituição é o que permite que ela deixe de ser uma estrutura fechada para se tornar campo de produção subjetiva, capaz de instaurar novos questionamentos e reorganizar suas práticas.

A ideia de grupo-sujeito e grupo-sujeitado introduz a noção analítica na dimensão política, entre as muitas dinâmicas institucionais possíveis, hora se relacionam por oposição, por disputa, conformação ou adequação. Como grupos, se estabelecem em caráter coletivo de funcionamento, tais dinâmicas operam através das práticas, nos discursos e nas relações. Nesse movimento de pensar a dimensão coletiva, abre-se para problematizar os modos como os grupos são constituídos. Longe de serem espaços neutros operam de acordo com padrões normativos que regulam os corpos, organizam os afetos e modelam as subjetividades, promovendo a serialização e a alienação dos sujeitos. Diante disso, de que maneira um grupo pode tomar a palavra e afirmar-se como *sujeito-coletivo* sem, no entanto, reproduzir os mecanismos normativos, modeladores e alienantes dos corpos e das formas de existência, historicamente instaurados pelas formas hegemônicas de poder?

Esse é o nosso desafio: como nos descolar das *forma-fôrmas* instituídas? Como negociar com a ordem estabelecida? Essas questões tensionam o fazer clínico, como um exercício de capturas e desvios, repetição e diferença. Ao invés de consolidar novas identidades ou se adequar a padrões já dados, nos exige práticas que sejam capazes de sustentar a diferença, o dissenso e a criação. Lidar com a multiplicidade em nós e no mundo.

A perspectiva clínico-política, então, não se reduz a uma aplicação técnica de saberes psicológicos, mas emerge como intervenção. A clínica se articula à potência de criação e resistência, não trata de ajustar o sofrimento aos moldes da normalidade, mas de analisá-lo em sua dimensão coletiva.

EIXO II: CAMINHOS DA PESQUISA: EXPERIMENTAÇÕES CLÍNICO-GRUPAIS

Grupos de acolhimento

O desenvolvimento desta pesquisa se construiu a partir de experiências realizadas no Serviço de Psicologia Aplicada (SPA), cuja vivência possibilitou a construção da problemática trabalhada nesta dissertação, no contato com a temática da saúde mental dos estudantes universitários. O diário de campo foi um dispositivo fundamental nesse processo, não apenas como instrumento de registro, mas como espaço de elaboração. Nesse sentido, o campo não foi concebido como realidade externa a ser descrita, mas como experiência, no qual o ato de pesquisar se confunde com o próprio ato de intervir (PASSOS; BARROS, 2009). Assim, o campo não foi tomado como cenário neutro a ser observado, mas como lugar de produção atravessado por jogos de sentidos constituindo a análise desenvolvida ao longo deste trabalho.

O Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) é a unidade de serviço-escola do curso de Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), um serviço de referência no atendimento psicológico para a população da cidade de Niterói e de cidades vizinhas. O SPA é composto por professores supervisores; por equipe de psicólogos, psiquiatra e técnicos administrativos e pelo corpo discente composto por estagiários do curso de psicologia ou de membros de grupos de pesquisa e extensão. Além de coordenar todos os projetos de estágios curriculares do curso de psicologia realizados em diferentes instituições e órgãos da UFF e da cidade de Niterói, organiza e realiza, em seu espaço físico, muitos desses projetos de estágios assim como outros projetos de pesquisa e extensão supervisionados por professores e técnicos¹⁹.

O SPA configura-se como um espaço de formação e prática clínica, ao articular ensino, pesquisa e extensão em Psicologia. Enquanto serviço-escola, comparece a dimensão da assistência e da formação, evidenciando a complexidade de sua dinâmica institucional, atravessada tanto pelas demandas sociais de acesso à saúde mental quanto pelas exigências acadêmicas da Psicologia. Nesse sentido, o trabalho de campo realizado

¹⁹ Informações obtidas no site do Serviço de Psicologia Aplicada UFF/Niterói : <https://spa.sites.uff.br/historia/>

neste espaço não se restringe a uma observação de sua estrutura e funcionamento, mas problematiza como os modos de acolhimento, organização e circulação de sujeitos no serviço se entrelaçam com os processos formativos e com as condições históricas e políticas que marcam a prática clínica.

No curso de Psicologia da UFF, o estágio supervisionado obrigatório pode ser realizado em diferentes contextos institucionais, como na rede de saúde mental, em escolas da rede pública de ensino, no Conselho Tutelar e no Serviço de Psicologia Aplicada (SPA), sendo este último o campo de desenvolvimento desta pesquisa. O estágio no SPA é voltado para o atendimento clínico em formato de consultório, os estudantes passam a vivenciar práticas supervisionadas que têm como finalidade a formação clínica, configurando-se como etapa fundamental no processo de profissionalização do psicólogo.

O SPA fica localizado no 5º andar do bloco N do campus do Gragoatá, no Instituto de Psicologia (IPSI), ao chegar pelos elevadores, pode ser visto murais com avisos informativos sobre cursos e funcionamento do serviço, uma mesa redonda com cadeiras. À esquerda dos elevadores temos a sala de espera, com um pequeno hall com cadeiras e uma mesa de centro com algumas revistas, livros e brinquedos, há uma porta que dá entrada a sala de atendimentos e uma pequena janela de vidro por onde os estagiários observam, de uma sala reservada, a chegada dos pacientes. Já a direita dos elevadores, temos os banheiros, feminino e masculino, a secretaria do SPA, que dá acesso a um corredor para as salas de supervisão e ao fundo das salas, um auditório.

O espaço, composto por sala de espera, secretaria, salas de supervisão, auditório e consultórios de atendimento. Apresenta uma organização que expressa as lógicas institucionais e pedagógicas que modulam os seus modos de funcionamento, organiza fluxos, regula acessos e institui modos de subjetivação, operando como engrenagem que articula saberes, poderes e práticas clínicas. A própria disposição arquitetônica — a sala de espera voltada ao controle da circulação, a secretaria como ponto de mediação burocrática, as salas de supervisão resguardadas — evidencia como a organização espacial atua na delimitação de papéis, hierarquias e formas de acolhimento.

Os estagiários do serviço, passam grande parte das suas manhã e tardes no SPA, nos atendimentos e em supervisão. Nesse percurso, entre a chegada e a saída, circulamos pelo espaço e acompanhamos a movimentação do serviço. É possível observar o fluxo, encontramos diferentes situações, pessoas que chegam em busca de atendimento psicológico e informações, algumas encaminhadas pela rede municipal de saúde, outras

em situações de emergência. Há também a presença dos alunos do curso de psicologia que participam dos estágios, cursos e projetos extensão que acontecem no serviço.

Essa circulação está atravessada pelos modos de funcionamento da instituição: o dia do plantão, os horários dos atendimentos, as informações, as exigências burocráticas, etc. No entanto, questões aparecem em relação o fluxo de recepção: como se dá a chegada das pessoas ao serviço e de que forma as vagas de atendimento são ofertadas? Como é feito o acolhimento das pessoas que buscam cuidado psicológico?

Antes da pandemia o formato da porta de entrada ao serviço era organizado por meio do plantão, realizado uma vez por semana, às quartas-feiras pela manhã. As vagas eram disponibilizadas e preenchidas por ordem de chegada, sem registro de fila de espera. Ao pensarmos sobre essa chegada ao serviço, nos foi relatado que, ao longo do tempo, já tiveram outras formas de organização, que variam conforme as demandas apresentadas, as necessidades institucionais e o funcionamento da gestão do SPA.

Nos plantões de quarta de manhã era possível observar filas enormes, antes mesmo da abertura do prédio que acontece às 8 horas. Aqueles que conseguiam as vagas relatavam que chegavam por volta das 5 horas da manhã, por vezes a fila começava a se formar ainda na madrugada. O plantão, neste formato de funcionamento, evidenciava a insuficiência da oferta de vagas frente a urgência da demanda por cuidado psicológico.

Das pessoas que procuravam o serviço a presença crescente de estudantes da própria instituição começava a chamar a atenção para a questão do sofrimento psíquico no contexto universitário. Se, por um lado, revela o reconhecimento do SPA como espaço de cuidado, por outro, evidencia o aumento da demanda por atenção à saúde mental entre os discentes. Vale destacar que por questões éticas, estudantes de psicologia da UFF não podem ser atendidos no SPA, já que estariam sendo acompanhados por seus colegas de curso.

A cena observada no SPA não é um fenômeno isolado, mas se insere na um quadro mais amplo que atravessa as universidades brasileiras: o aumento dos índices de sofrimento e adoecimento psíquico entre estudantes universitários. A seguir temos o relato de fila no dia de plantão:

Vão chegando muito cedo, saem de casa de madrugada, alguns carregando colchão. Aguardam a hora do prédio abrir às oito, na espera de conseguirem se inscrever. Acontece às segundas-feiras, por volta das cinco da manhã na porta do Serviço de Psicologia Aplicada da Universidade. As vagas limitadas levam muitos que moram longe, e que acordam de madrugada, a voltarem para tentar a sorte uma outra vez. Os estagiários comentaram: “Número grande de estudantes!!! São todos da nossa universidade!!! E sobe a cada mês!”. Só eles

têm conseguido vaga. Conhecem mais as rotinas ou moram mais perto, lotam a fila do serviço. O que acontece? Ou ainda, o que vem acontecendo e só agora transbordou nossa escuta? (TEDESCO; BISPO; COSTA, 2022, p. 4)

Esse texto traz o relato da fila no SPA em dia de plantão, tal situação mobilizou muitas reflexões na instituição, entre as equipes, supervisores, secretaria. O burburinho dos estagiários angustiados devido a maneira com que o plantão estava funcionando, “vagas para aqueles que conseguem chegar mais cedo”, as vagas eram em sua maioria preenchidas por estudantes, já que para a população em geral o acesso tende a ser mais difícil, por ser um local pouco conhecido fora do contexto universitário. Sendo comum ao longo na manhã de quarta a chegada de pessoas buscando atendimento psicológico vindo de locais distantes.

A partir de 2017 a demanda referente ao sofrimento de estudantes aparece significativamente na porta de entrada do SPA, com a chegada cada vez maior de estudantes ocupando grande parte das vagas disponibilizadas para os atendimentos. Tanto na UFF quanto em outras instituições, observa-se um aumento da procura por parte dos estudantes a serviços de cuidado em saúde mental. Neste cenário surge a proposta dos grupos de acolhimento, um grupo voltado para o acolhimento de estudantes, na busca por produzir uma escuta mais cuidadosa a esta crescente demanda. A aposta no acolhimento em grupo se deu no entendimento de que essa demanda não poderia ser pensada de forma individualizada, a dimensão político-institucional é fundamental para pensarmos o sofrimento psíquico de estudantes na universidade.

A partir da demanda apresentada pela Direção do SPA da UFF nas reuniões institucionais do final de 2017, referente ao alto número de estudantes da UFF buscando atendimento psicológico. Tendo em vista essa demandatrês equipes de estágio supervisionadas, nomeadas de *Triade*, desenvolveram um projeto de acolhimento dessa clientela específica, que faz parte de aproximadamente 40% das pessoas que procuram atualmente no Serviço. A proposta de acolhimento que se desenhou visa, assim, desobstruir a porta de entrada do Serviço, de modo a oferecer maior possibilidade de acompanhamento terapêutico à comunidade extra-universitária, sem, no entanto, negligenciar o cuidado a estes estudantes.

A tríade nasce da ideias das equipe de pensarem juntas uma proposta frente à essa demanda, o diálogo ocorreu em reuniões nas quais professoras e estagiários estudaram e discutiram a possibilidade de grupos de acolhimento, grupos terapêuticos,

mapeamento de serviços disponíveis na cidade de Niterói e dentro da UFF (junto à PROGRAD, por exemplo), protocolos operacionais atuais do SPA, as demandas dos alunos da UFF, os motivos pelo aumento da procura pelo SPA e a vontade dos estagiários em se movimentar para responder a esse cenário.

No entendimento de que devido à quantidade restrita de vagas disponibilizadas nos plantões, os interessados se veem obrigados a chegar com bastante antecedência para garantir um lugar na fila, o que acaba privilegiando quem tem disponibilidade de tempo e/ou mora próximo ao campus, operando como um agente de seleção prévio de quem chega aos atendimentos. Fato que dificulta a chegada da população em geral, como trabalhadores e pessoas que não frequentam a UFF, criando de antemão um perfil específico de clientes no serviço.

Essa problematização nos levou a compreender o acolhimento não apenas como um procedimento de triagem ou recepção, mas como prática clínica e política. O modo como o SPA organiza sua porta de entrada impacta tanto na experiência da comunidade usuária quanto o processo de aprendizagem dos estagiários. Há, portanto, uma modulação não só da clientela do SPA, mas, consequentemente, das possibilidades de formação dos estagiários.

Esta reflexão sobre a porta de entrada do SPA da UFF nos possibilitou uma discussão ampliada acerca do que é o acolhimento, evidenciando as dinâmicas e os critérios de acessibilidade aos quais a comunidade está submetida ao procurar nosso serviço. Nesse processo, foi constatado o anseio dos estagiários em acolher um público mais heterogêneo e desenvolvemos essa proposta em consonância com o cenário apresentado. Vale ressaltar que os acompanhamentos realizados pelos estagiários, também estudantes, marcando um sentimento compartilhado sobre a temática a ser trabalhada.

A aposta pelo acolhimento em grupo marca uma análise crítica na forma com que recebemos a chegada ao serviço de psicologia, no sentido de romper com a psicologização individualizada do adoecimento estudantil. A proposta de acolher, de escutar e elaborar coletivamente, antes de tomar como evidente a necessidade de acompanhamento psicológico individual, trouxe efeitos clínicos significativos, muitos os foram os tipos de encaminhamentos criados, para além do convencional atendimento clínico. *Na experimentação da potencialidade que o dispositivo de grupo pode*

proporcionar no trabalho clínico, ao favorecer a emergência de modos singulares de existência (BARROS,2007).

Esta vivência levantou muitas reflexões relativas à especificidade que o recorte estudante pode promover, tornou visível as produções institucionais da Universidade, em sua diversidade, no entendimento de que a universidade é atravessada por um plano de forças que institui o que conhecemos como realidade.

No trabalho com os Grupos de Acolhimento, foram criados grupos de trabalho (GT's) para pensar especificamente outras formas de acolhimento e, também, para mapear o que já existe de oferta de serviço dentro do SPA, em outros setores da UFF e na cidade de Niterói. Esse mapeamento produziu o desenvolvimento de potentes encaminhamentos. As experiências grupais acionavam modos inventivos e compartilhados de lidar com a demanda do sofrimento estudantil, na criação de redes de apoio e vínculos com o espaço universitário.

Em maio de 2018, foi apresentada a proposta de Acolhimento aos estudantes da UFF ao SPA. De acordo com a carta encaminhada ao serviço, o projeto piloto se configurou a partir de uma única porta de entrada no SPA, com duas modalidades de acolhimento de acordo com a clientela. Os alunos matriculados na UFF passaram, inicialmente, a ser acolhidos coletivamente pelos estagiários das equipes da Triade, junto ao plantão, na quarta-feira às 8hrs. Deste modo, o plantão passaria a operar por duas modalidades de acolhimento simultâneas: uma específica para os estudantes da UFF e outra para a comunidade em geral. Ressaltando que a participação dessas equipes no projeto de acolhimento não suspendeu o envolvimento dos estagiários no modo de acolhimento individual do SPA, entendendo a importância de ampliar o acesso das vagas a outros membros da comunidade e promover uma escuta mais cuidadosa a demanda estudantil que aparece em nossa porta de entrada.

Desse modo, o projeto dos grupos de acolhimento foi elaborado para a recepção dos estudantes da UFF e se desenvolveu da seguinte maneira: os grupos foram formados por todos os clientes que correspondem ao perfil e que estivessem presentes na fila do plantão, até o limite máximo de 10 estudantes. A cada semana, uma dupla de estagiários ficou responsável pelo acolhimento, sendo realizado um primeiro encontro em grupo, com o objetivo que o mesmo se desdobre em mais encontros, pactuados entre os participantes e levando em conta suas disponibilidades quanto ao horário. Isso foi

pensado no sentido de prolongar o tempo da acolhida em até 6 encontros semanais, visando mapear melhor as demandas trazidas pelos estudantes.

Após esses encontros semanais, os estagiários-coordenadores, juntamente com as supervisoras, decidam os encaminhamentos possíveis, que podem ser a formação de um grupo terapêutico, uma oferta de psicoterapia individual (incluindo, neste segundo momento, a possibilidade de encaminhamento para outras equipes do SPA), encaminhamento para outros equipamentos, ou outra forma possível de aposta clínica de acordo com cada caso.

Diante de casos específicos de pessoas que não tenham disponibilidade de horário para participar do grupo de acolhimento formados, foi criada uma pasta de cadastro mantida na secretaria do SPA, por meio da qual os estagiários-coordenadores poderiam encaminhar pacientes entre os diferentes grupos existentes, respeitando as possibilidades e necessidades de cada usuário. Essa aposta demandou comunicação constante, dinamismo e flexibilidade dos estagiários responsáveis, que precisavam articular entre si os encaminhamentos de forma a evitar que ninguém ficasse desassistido. Importa destacar que essa construção ocorreu em estreita parceria com a Secretaria do SPA, justamente para minimizar possíveis problemas decorrentes da adoção do novo procedimento.

A definição dessa forma de funcionamento foi resultado de longas discussões coletivas entre as três equipes envolvidas, em que se analisaram possibilidades, limites e propostas clínicas. A experimentação de um modo de atendimento diferente do já institucionalizado mostrou-se de grande valia para a formação dos estagiários, uma vez que implicou na análise crítica das formas institucionais, na problematização do que significa um dispositivo público de saúde e na reflexão sobre quais clínicas são possíveis e desejáveis em um serviço-escola. Ao se ocuparem da montagem do próprio dispositivo clínico-ambulatorial, os estagiários foram convocados a um engajamento e a uma pesquisa intensa em relação ao que constrói o espaço e os corpos da clínica.

Esse processo, fez com que a prática de estágio se expandisse para além dos muros da instituição, permitindo o esboço de redes possíveis entre o SPA e outros dispositivos presentes no território. A experiência não apenas respondeu a uma necessidade prática de reorganização do plantão e do acolhimento da demanda estudantil, mas também produziu deslocamentos importantes na formação, ao abrir espaço para uma

clínica articulada com o contexto e comprometida com a construção de novas formas de cuidado.

A experiência com os grupos de acolhimento de estudantes no SPA da UFF mostrou-se como um dispositivo potente não apenas para a escuta das demandas que chegavam ao serviço, mas, sobretudo, para o contato com as questões que atravessam a vida universitária. Ao longo dos encontros, as falas dos estudantes ao serem compartilhadas ressoavam de forma coletiva, produzindo um espaço de reconhecimento e elaboração conjunta. Situações específicas por vezes se mostravam atravessada pela rotina acadêmica, trazendo os efeitos do “ser estudante” em suas vidas.

No entanto, como já pontuado anteriormente, é importante destacar que os primeiros encontros eram marcados por certo movimento de rejeição em relação ao formato grupal. Situação que se deve em parte ao fato de neste caso, chegarem no serviço do atendimento individual e serem recepcionados com a proposta de acolhimento em grupo. Em geral a proposta era vista com desconfiança, como uma dificuldade de adesão ao dispositivo clínico de grupo. Essa sensação inicial, contudo, ia se desfazendo ao longo do processo, à medida que os participantes se reconheciam e experimentavam o grupo como espaço de acolhimento e pertencimento. Ao final dos encontros, era frequente que estudantes expressassem surpresa diante da experiência de grupo, como nos disse um participante: *“Achei que não conseguiria ficar no grupo, mas estar com vocês me ajudou a entender melhor o que eu sinto”*.

Para trabalhar a construção do grupo, alguns dispositivos facilitadores são utilizados, dentre as atividades propostas a “dinâmica dos papéis” nos auxiliou no processo de desindividualização das queixas. Esse dispositivo era muito utilizado no primeiro encontro para levantamento das questões do grupo, após a rodada inicial das falas, com a apresentação dos nomes, cursos e períodos de cada um, são distribuídos alguns papeizinhos em branco. Junto a isso são feitas perguntas, acerca do motivo da procura ao acompanhamento psicológico: “o que te traz aqui?” e/ou “como está se sentindo hoje?” As respostas, inicialmente, não são ditas, são respondidas por escrito nos papéis, de maneira anônima, sem nomeação.

Em seguida os papéis com seus escritos são depositados numa sacola a serem sorteados. Dentro da sacola os papéis se misturam, as respostas perdem sua pessoalidade, os sentimentos e as queixas tornam-se do grupo. O anonimato da resposta produz um interessante efeito de poder dizer sem a identificação pessoal.

Após a mistura das respostas, a sacola circula entre os integrantes do grupo, onde cada um retira aleatoriamente um papel da sacola e o lê para o grupo. Ao ler em voz alta, o grupo encarna o sentimento do escrito ao se deslocar da individualização. Como um desconhecido próximo, a queixa não mais pessoal se manifesta de outro lugar, com outro modo de falar, com novos gestos. As respostas ao serem lidas ressoam como temas a serem comentados, a fala circula acompanhando o movimento da sacola. Ao final os papéis agora escritos são colocados ao centro da roda a serem observados. Alguns temas se repetem, como *ansiedade*, *medo*, *raiva*. O grupo se reconhece.

No contexto da vida universitária, em que o sofrimento frequentemente aparece marcado pelo discurso da responsabilização individual — “*não dou conta*”, “*sou incapaz*”, “*tenho algo errado comigo*” —, o anonimato e a circulação das respostas no grupo produziam um efeito de descolamento do individual: os afetos deixavam de ser de um sujeito isolado para se tornarem compartilhados. Esse movimento abria espaço para que os estudantes se reconhecessem no coletivo, permitindo que o mal-estar fosse compreendido não apenas como uma falha pessoal, mas como atravessado por condições mais amplas.

É importante destacar que, por se tratar de um grupo de acolhimento, havia um tempo previamente delimitado de encontros, o que exigia atenção para pensar os encaminhamentos ao final do processo. Assim, o grupo funcionava como uma porta de entrada e, ao mesmo tempo, como espaço de escuta inicial, em que era possível sustentar e mapear as demandas para posterior direcionamento.

Em muitos casos, a própria circulação no grupo já produzia efeitos significativos. Situações de encaminhamentos a serviços de assistência estudantil também foram recorrentes, nesses casos eram feitas indicações aos setores da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Proaes). Houveram casos onde a experiência grupal já se mostrou suficiente naquele momento. Uma estudante ao final dos encontros relatou: “*Engraçado... a gente está rodeado de pessoas aqui dentro, mas na maior parte do tempo me sentia sozinha. Mas aqui no grupo percebi que outros passam pelas mesmas coisas.*” Para essa aluna, a breve experiência de partilha e de pertencimento no grupo funcionou como recurso de sustentação, não sendo necessária continuidade em outro dispositivo clínico.

Esses exemplos mostram como os grupos de acolhimento operaram como espaço clínico e também como dispositivo institucional de triagem e encaminhamento. Mais do

que abri vagas aos universitários, tratou-se de pensar com os estudantes, na construção de uma visão autônoma de cuidado.

Nesse sentido, o grupo funcionava como um dispositivo clínico-político, na medida em que possibilitava a emergência de uma dimensão coletiva do sofrimento estudantil, frequentemente silenciada em espaços mais individualizantes. O reconhecimento de que “*não é só comigo*” produzia alívio, pertencimento e abertura para novas elaborações. Mais do que um espaço de catarse, o grupo se constituía como lugar de análise das condições que modulam a experiência de ser estudante em uma universidade pública — a pressão por desempenho, as condições precárias de permanência, a solidão, o medo de fracassar, entre outros fatores.

Dessa forma, a clínica grupal no SPA da UFF, ao propor dispositivos como este, ampliava os modos de acolhimento possíveis, tensionando o modelo hegemônico de atendimento centrado exclusivamente no indivíduo. Ao sustentar o grupo como espaço de experimentação clínica, os estagiários e supervisores também se engajavam numa prática crítica, que interroga a própria universidade e suas formas de produzir subjetividades, adoecimentos e resistências.

Para aprofundar a compreensão das questões levantadas pelos estudantes nos grupos de acolhimento, foi elaborado um questionário aplicado no último encontro de cada grupo. O instrumento foi construído de modo a permitir respostas anônimas, garantindo que os participantes se sentissem à vontade para relatar suas experiências e percepções sobre a vida acadêmica. O questionário teve como objetivo levantar informações sobre diferentes dimensões da experiência universitária, incluindo trajetória acadêmica, tempo de permanência na universidade, formas de ingresso (ações afirmativas), condições socioeconômicas, participação em atividades extracurriculares, percepção sobre discriminação, uso de serviços de apoio psicológico e estratégias de enfrentamento do cotidiano universitário. Dessa forma, buscou-se mapear de maneira geral as demandas, dificuldades e recursos mobilizados pelos estudantes, articulando os dados coletados com as reflexões emergentes nos encontros grupais.

A partir dos dados levantados nos questionários aplicados, as equipes da Triáde realizaram uma análise detalhada do material com o objetivo de compreender as questões que perpassam a vivência dos estudantes na universidade. A análise buscou identificar as demandas recorrentes e os recursos mobilizados pelos estudantes, articulando essas

informações com os temas discutidos nos grupos de acolhimento, de modo a subsidiar propostas de intervenção e fortalecer as práticas de cuidado voltadas aos discentes.

Os resultados obtidos nos oferecem elementos importantes para compreender as condições que perpassam o adoecimento psíquico no contexto acadêmico. Uma temática que se destaca é a dimensão socioeconômica e de permanência estudantil, evidenciada pela concentração de 63% dos estudantes com renda domiciliar até 3 salários mínimos, destes 10% correspondem a renda de até 1 salário mínimo e 16% até 2 salários. Esse aspecto se conecta à literatura que discute o adoecimento vinculado à precariedade de condições materiais e ao esforço cotidiano de conciliar estudos, custos e sobrevivência.

Outro ponto relevante refere-se às formas de ingresso: 32% dos estudantes ingressaram por ações afirmativas, dentre estes 26% que relatam experiências de discriminação no espaço universitário. Esse dado evidencia que a entrada, embora represente um avanço no processo de democratização do ensino superior, necessita do apoio de políticas de inclusão, pois emergem tensões raciais, sociais e culturais que impactam diretamente a saúde mental e a sensação de pertencimento.

Em relação à trajetória acadêmica, 37% dos estudantes declararam que já terem trancado a faculdade, desde 71% atribuíram o trancamento a problemas de saúde. O que reforça a relação entre saúde e permanência. Além disso, observou-se que 63% não participam de atividades extracurriculares e 95% não recebem auxílio estudantil, indicando fragilidade nas condições de permanência. Por outro lado, a adesão ao restaurante universitário é significativa, com 90% dos estudantes utilizando o bandeirão, o que reforça sua importância como política de suporte.

No que diz respeito ao cuidado em saúde mental, chama atenção o dado de que 89% dos estudantes buscaram o SPA de forma espontânea. Tal cenário reforça a necessidade de pensar os modos de acolhimento estudantil, ampliando as formas de cuidado dessa demanda que emerge nas instituições de ensino superior, na criação de estratégias coletivas, como rodas de conversa, capazes de fortalecer vínculos e redes suporte institucional.

De modo geral, os resultados do questionário reiteram a compreensão de que o adoecimento de estudantes universitários não pode ser reduzido a aspectos individuais. Pelo contrário, trata-se de um fenômeno atravessado por condições socioeconômicas, processos de inclusão e exclusão, trajetórias acadêmicas e fragilidades institucionais, o

que exige abordagens coletivas e políticas de cuidado integradas ao cotidiano da vida universitária.

Reflexos da pandemia de COVID-19 saúde mental do estudantes

Em 2020, o contexto universitário foi profundamente afetado pela pandemia de COVID-19. Durante a quarentena, as atividades presenciais foram suspensas e houve uma transição abrupta para o ensino remoto, exigindo adaptações rápidas dos estudantes e da instituição. Esse período evidenciou desigualdades no acesso à tecnologia e dificuldades na manutenção de vínculos acadêmicos e sociais, tornando invisíveis parte das demandas estudantis. Com o retorno gradual às atividades presenciais, muitas dessas adaptações permaneceram, incluindo a redução de horários de atendimento, a diminuição do corpo de funcionários e a migração de serviços para formatos digitais.

Pesquisas realizadas durante e após a pandemia de COVID-19 evidenciam um aumento significativo nos sintomas de sofrimento psíquico entre estudantes universitários brasileiros. Um estudo transversal realizado em 2020 revelou que 58,5% dos estudantes relataram intenso sofrimento psíquico, associado a fatores como a nova metodologia de ensino, uso excessivo da internet, perda na qualidade do sono e diminuição das relações interpessoais (Becker et al., 2021). Além disso, neste estudo foi realizada uma revisão integrativa que identificou manifestações de sofrimento psíquico, como estresse, ansiedade, luto, raiva e pânico, associadas à preocupação com o atraso das atividades acadêmicas e ao medo de adoecer.

No período pós-pandemia com a retomada híbrida das aulas presenciais, observou-se uma significativa redução nos serviços oferecidos: diminuição dos horários de atendimento, restrição do funcionamento da secretaria e redução do corpo de funcionários. Além disso, o plantão que antes ocorria presencialmente, passou a ser online.

Desde a pandemia as vagas para atendimento são disponibilizadas via link, para preenchimento de formulário online, o que implica um recorte da clientela e dificulta o acesso de pessoas com menor acesso tecnológico. Esse formato invisibiliza aqueles que procuram o atendimento mas não conseguem preencher o formulário, interrompendo a possibilidade de identificação de suas demandas que chegam ao serviço. A seleção é

realizada em poucos minutos, sem que haja qualquer registro ou acompanhamento das pessoas que ficam excluídas do processo.

No período pós-pandemia, observou-se uma significativa redução nos serviços oferecidos: diminuição dos horários de atendimento, restrição do funcionamento da secretaria e redução do corpo de funcionários. Além disso, o corte do telefone obrigou a migração total para o atendimento por e-mail, inclusive para o plantão que antes ocorria presencialmente, com longas filas de espera.

Atualmente, as vagas para atendimento são disponibilizadas via link para preenchimento de formulário online, o que implica um recorte da clientela e dificulta o acesso de pessoas com menor acesso tecnológico. Esse formato invisibiliza aqueles que procuram o serviço mas não conseguem preencher o formulário, interrompendo a possibilidade de identificação de suas demandas. A seleção é realizada em poucos minutos, sem que haja qualquer registro ou acompanhamento das pessoas que ficaram excluídas do processo.

Grupo de Atenção à Saúde entre estudantes (GASEE)

O Grupo de Atenção à Saúde entre Estudantes (GASEE) constitui-se como uma proposta de cuidado coletivo direcionada à realidade vivida pelos discentes da Universidade Federal Fluminense (UFF). Sua criação está diretamente relacionada ao reconhecimento das demandas emergentes no cotidiano universitário, atravessado por tensões acadêmicas, sociais, econômicas e subjetivas que incidem sobre a saúde mental dos estudantes. Partindo das reflexões já discutidas acerca da potência dos dispositivos clínico-grupais, tendo em vista a experiência realizada com os Grupos de Acolhimento, compreendeu-se a necessidade de estruturar um espaço de acolhimento terapêutico coletivo, permitindo a construção de narrativas compartilhadas e a elaboração conjunta de experiências universitária.

Esta pesquisa se inicia a partir da lida com a própria instituição universitária. Com a pandemia de COVID-19 e a consequente transição para as aulas online, tornou-se necessário, em um primeiro momento, compreender como a UFF estava articulando suas respostas às demandas estudantis relacionadas à saúde mental. O passo inicial consistiu, portanto, em mapear os serviços de Assistência Estudantil, investigar as buscas por

atendimento psicológico e levantar dados sobre os índices de adoecimento estudantil na universidade. Paralelamente, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre pesquisas e estudos que problematizam o sofrimento psíquico de estudantes, de modo a construir um panorama inicial que articulasse as produções acadêmicas e a realidade institucional.

Nas das rede de serviços de assistência da UFF, estabeleceu-se contato com o Departamento de Atenção à Saúde do Estudante (DASE), onde foram realizadas entrevistas com técnicos da instituição, incluindo assistentes sociais e psicólogos. Nessas conversas, constatou-se a alta demanda estudantil por atendimento, em contraste com a limitada oferta de serviços. O atendimento psicológico realizado pelo DASE é oferecido de forma pontual — até três encontros por estudante —, contando com cerca de cinquenta vagas mensais, que se esgotam em questão de minutos após a abertura das inscrições. Além do número insuficiente de vagas, os profissionais relataram situações de maior gravidade, incluindo casos de ideação e tentativas de suicídio. No entanto, a maior parte das demandas estava relacionada a quadros de ansiedade, estresse e depressão, apontando para o adoecimento generalizado que atravessa a vida acadêmica.

Em paralelo a esse levantamento institucional, iniciou-se também uma articulação junto ao Serviço de Psicologia Aplicada (SPA), visando a criação de grupos voltados para estudantes. Para a utilização do espaço, foi necessário vincular a proposta a um projeto de extensão, o que se revelou um caminho importante, garantindo a continuidade da atividade mesmo após a conclusão deste trabalho. Nesse processo, estabeleceu-se parceria com a equipe de estágio da professora Dr^a Sílvia Tedesco, orientadora desta pesquisa de mestrado, com o projeto de extensão *Perspectiva Transdisciplinar em Clínica*. Assim, tornou-se possível dar início às atividades, em meados de outubro de 2022, foi criado o Grupo de Atenção à Saúde entre Estudantes (GASEE), que se consolidou como um espaço de acolhimento, escuta e experimentação coletiva voltado para estudantes.

No campo da formação, paralelamente a esse mapeamento institucional, foram promovidos encontros grupais com psicólogos em formação, vinculados a algumas equipes de estágio do Serviço de Psicologia Aplicada (SPA). Esses encontros, organizados no formato de grupo de estudos e articulados à disciplina de integração ensino-pesquisa, constituíram-se como espaço de reflexão e experimentação em práticas grupais. Nesse contexto, estudantes de psicologia — também atravessados pelas tensões do cotidiano universitário — puderam compartilhar experiências e discutir a clínica com

grupos a partir de suas próprias vivências, construindo coletivamente referenciais teórico-práticos.

Essas experiências preliminares funcionaram como um verdadeiro laboratório de práticas, permitindo ensaiar dispositivos clínico-grupais e aprofundar a discussão sobre o sofrimento psíquico no contexto universitário. Os primeiros encontros ocorreram com estudantes de psicologia, sob supervisão das equipes docentes, e tiveram como eixo central a reflexão sobre o adoecimento estudantil e os modos de intervenção possíveis no espaço acadêmico. Foi nesse movimento de aproximação entre teoria, prática e experiência que se consolidaram os alicerces metodológicos para a criação do Grupo de Atenção à Saúde entre Estudantes (GASEE), posteriormente aberto ao corpo discente da universidade como um todo.

A constituição do grupo implicou pensar em estratégias específicas voltadas à sua formação e sustentação, incluindo desde a preparação do espaço físico e simbólico até a elaboração de convites que pudessem sensibilizar os estudantes para a participação. Nesse processo, destacou-se a importância da definição de acordos de funcionamento, fundamentais para estabelecer um ambiente ético e seguro, pautado pelo sigilo, pelo respeito à presença, pelo compromisso com a escuta e pelo reconhecimento das singularidades de cada integrante. Esses acordos, além de regularem a convivência, favorecem a criação de um espaço de confiança mútua, no qual é possível se expor, partilhar e refletir sem receio de julgamentos.

A implementação do GASEE também incorporou o uso de diferentes estratégias e dispositivos de expressão, reconhecendo que a fala, embora fundamental, não é o único caminho para a produção de sentido. Assim, foram utilizadas atividades disparadoras que transitam entre o artístico, o manual e o corporal, favorecendo a ampliação das formas de comunicação e o contato com dimensões subjetivas muitas vezes difíceis de verbalizar. Dinâmicas de grupo, produções gráficas, exercícios de movimento, jogos de papéis e recursos criativos atuaram como facilitadores do processo, possibilitando a desindividualização das queixas e a construção de um campo coletivo de experiências.

Do ponto de vista metodológico, o grupo foi estruturado em etapas que visaram tanto a acolhida inicial quanto continuidade do processo terapêutico. A fase de apresentação do GASEE, consistiu na divulgação do grupo nos espaços da universidade, por meio de cartazes, circulação das informações em redes sociais, buscando convidar os

estudantes interessados a participarem do grupo. Em seguida, ocorreu a etapa de acolhimento, na qual os integrantes se conheceram e puderam partilhar suas expectativas, construindo conjuntamente os acordos de funcionamento. Essa etapa inicial mostrou-se essencial para a formação de um vínculo grupal, sustentado pelo pacto ético e pelo compromisso com o processo terapêutico.

A cada período letivo, o GASEE assume um novo formato, acompanhando o fluxo característico da vida universitária: alguns integrantes permanecem, enquanto outros encerram sua participação e novos estudantes chegam. Esse movimento confere ao grupo uma característica dinâmica de fluxo aberto, com limite de vagas de até 10 pessoas. O primeiro encontro em cada ciclo funciona como um convite para adentrar o espaço grupal, não apenas no sentido de se apresentar, mas também de se dispor a compor um coletivo. A disposição em roda, que organiza o formato do grupo, favorece o encontro dos olhares, nesse gesto inaugural, inicia-se a tessitura dos vínculos que sustentam o coletivo.

Ao longo dos encontros, as atividades foram organizadas a partir de disparadores temáticos, levantados pelo próprio grupo, atravessado por suas questões, as quais passam a ser questões do grupo. Era recorrentes aparecerem questões do cotidiano acadêmico — como pressões por desempenho, solidão, dificuldades financeiras, relações familiares, pertencimento à universidade, racismo, sexismo e outros atravessamentos sociais — os quais serviram como fios condutores para as conversas. As propostas de atividades buscavam alternar momentos de fala espontânea com recursos expressivos, de modo a favorecer o acesso a diferentes camadas da experiência subjetiva. Nessa etapa, a condução esteve voltada à criação de um espaço transversal de trocas, onde os estudantes pudessem fazer a fala circular no grupo e, ao mesmo tempo, produzir novos sentidos a partir do contato com o coletivo.

O grupo contou também com a introdução de recursos criativos e corporais, como desenhos, colagens, escrita livre, dramatizações e dinâmicas de movimento. Esses recursos mostraram-se importantes não apenas para ampliar as formas de expressão, mas também para romper com a lógica estritamente racionalizada da vida acadêmica, abrindo espaço para a imaginação, o lúdico e a sensibilidade. Buscou-se valorizar as produções coletivas construídas ao longo do processo, ressaltando que os sentidos produzidos permaneceriam como recurso para a vida universitária e para a construção de redes de apoio entre os estudantes.

Assim, o GASEE foi implementado como um espaço em que os estudantes puderam não apenas compartilhar suas dificuldades e angústias, mas também experimentar formas alternativas de relação e de cuidado, fortalecendo vínculos e produzindo coletivamente estratégias de enfrentamento. Mais do que um dispositivo clínico, trata-se de uma prática de intervenção psicossocial que articula escuta, acolhimento e criação.

A pesquisa também foi de encontro com coletivos universitários e espaços de organização estudantil, reconhecendo nesses lugares importantes dispositivos de acolhimento e cuidado. Um momento especialmente significativo foi a visita à Moradia Estudantil, durante a realização de uma atividade *Tribuna Estudantil – Nós na Morada*. Acompanhar essa ação possibilitou o contato com a especificidade das experiências de estudantes que residem na universidade, atravessados por dinâmicas de convívio, as exigências cotidianas de convívio e importância das políticas de acesso e permanência estudantil.

Dessa forma, o percurso da pesquisa tem se configurado como uma sucessão de experimentações clínico-grupais, nas quais teoria e prática, sujeito e objeto se atravessam. Trata-se de uma clínica que se constrói no encontro, nos agenciamentos com a universidade, sustentando a aposta em práticas coletivas de atenção à saúde que façam frente à forças de individualização e do silenciamento do sofrimento. Nesse movimento, o exercício clínico desloca-se de uma lógica centrada apenas no indivíduo para afirmar a potência das experiências partilhadas, reconhecendo nos coletivos universitários um campo fértil de produção de cuidado, de vínculos e de resistência.

Alguns exemplos observados nos encontros do GASEE trazem cenas importantes para pensarmos a importância da partilha coletiva. Em um dos encontros, uma estudante do curso de Engenharia comentou: *“Parece que nunca é suficiente, por mais que eu estude. Sempre tem mais, e quando não dou conta, sinto que não deveria estar aqui.”* A fala provocou ecos no grupo, mobilizando outras falas, revelando o peso do ideal de produtividade e excelência que atravessa a formação universitária. Nesse momento, a função do grupo não foi oferecer uma resposta pronta, mas sustentar o espaço para que os estudantes pudessem compartilhar esse sentimento comum.

Outras situações apontaram para as dificuldades de permanência na universidade. Uma estudante de Serviço Social trouxe sua experiência de conciliar trabalho e estudo: *“Saio do estágio quase à noite e ainda tenho que chegar em casa,*

cuidar do meu filho. Às vezes venho para a aula sem dormir, e sinto que ninguém da universidade entende isso.” Esse tipo de fala evidenciava o choque entre as exigências institucionais e as condições concretas de vida de muitos estudantes, atravessados por questões sociais que se manifestam diretamente no corpo e na experiência do sofrimento.

Essas situações ilustram como o grupo funcionou como analisador da instituição: o sofrimento dos estudantes não se apresentou apenas como questão clínica individual, mas como expressão de tensões estruturais da universidade contemporânea — a pressão por desempenho, a precariedade das condições de permanência e a fragilidade dos vínculos comunitários. A clínica grupal, nesse sentido, constituiu-se como espaço de experimentação capaz de colocar em análise tanto a experiência subjetiva dos estudantes quanto os modos de funcionamento institucional que participam da produção desse sofrimento.

Recentemente, no período de retomada das aulas presenciais pós-pandemia, uma cena chamou atenção na chegada ao Serviço de Psicologia Aplicada (SPA), localizado no 5º andar do Bloco N, no campus do Gragoatá. Ao sair do elevador, deparei-me com um cartaz simples, impresso em folha A4 e afixado à parede, com a seguinte mensagem em caixa alta: *SPA INFORMA – URGÊNCIA E EMERGÊNCIA – SITUAÇÕES DE NATUREZA PSQUIÁTRICA E CLÍNICA CHAMAR O SAMU - 192*. A mesma sinalização estava presente em diferentes pontos do serviço: na porta de entrada, na secretaria e até na sala dos estagiários. A presença desse aviso levantou questões: o que seria considerado um caso de emergência em um serviço-escola de psicologia? O que fez com que esse tipo de cartaz se tornasse necessário naquele momento específico? Até então, tal aviso não existia, mas agora ele emergia como um sinal visível de urgência, tensionando os modos de funcionamento do serviço.

Numa leitura inicial, é possível supor que a instituição passou a se deparar com um aumento de situações críticas, para as quais não dispunha de recursos de acolhimento imediato, optando então por formalizar, através de um cartaz, o encaminhamento para serviços externos de saúde. No entanto, essa escolha evidencia uma complicação: o SPA, enquanto espaço formativo em psicologia, ao institucionalizar esse limite via um dispositivo burocrático, distancia-se de um acolhimento possível, restringindo o campo clínico ao espaço fechado das salas de atendimento. Essa postura coloca em questão: que tipo de prática clínica estamos construindo? Ao demarcar uma fronteira rígida entre o que pode e o que não pode ser acolhido, corre-se o risco de reduzir a psicologia a um formato

estritamente normativo, pouco permeável à complexidade e às urgências que marcam o sofrimento humano.

A cena do cartaz também aciona reflexões acerca dos regimes de visibilidade e dizibilidade que atravessam as práticas institucionais. Como aponta Foucault (1966/1999), os discursos são historicamente situados, e aquilo que pode ser dito em determinados contextos está condicionado por relações de poder e saber. Nesse sentido, a inscrição pública do cartaz não é apenas um aviso funcional: ela produz um enunciado que revela os limites de atuação da instituição, ao mesmo tempo em que silencia outras possibilidades de cuidado. O que antes não se dizia — a incapacidade de lidar com emergências — agora passa a ser explicitado, tornando-se um dado visível e, paradoxalmente, naturalizado.

O encontro com esse dispositivo evidencia, portanto, a tensão entre clínica e institucionalidade. De um lado, há uma demanda por atenção a casos urgentes e graves; de outro, um serviço-escola que não está disponível para acolher tais situações, delegando-as a outros equipamentos de saúde. Surge, então, a questão: será comum a ocorrência de casos de emergência no SPA? E, mais ainda: como acolher tais casos sem reduzir a prática clínica a protocolos de exclusão ou encaminhamento? A psicologia, nesse ponto, é desafiada a ampliar seus formatos, criando dispositivos que respondam à pluralidade das experiências contemporâneas de sofrimento, sem perder de vista a dimensão ética e política que sustenta o encontro clínico.

O cartaz exposto no SPA remete a uma lógica de gestão das urgências ancorada prioritariamente no modelo biomédico, como único recurso possível para situações emergenciais, o serviço desloca a noção de sofrimento para o campo exclusivo da psiquiatria e da clínica hospitalar, reforçando uma lógica medicalizante que reduz a complexidade da vida a episódios patológicos a serem contidos e tratados por protocolos de urgência. Embora em determinadas situações esse encaminhamento seja necessário, o risco é que se produza uma naturalização desse modelo como única forma de resposta, invisibilizando outras práticas possíveis de cuidado, especialmente aquelas que partem do coletivo e do território universitário.

Esse movimento está diretamente relacionado a um processo mais amplo de medicalização da vida universitária, no qual questões estruturais e institucionais, como desigualdade, precarização das condições de estudo, pressões produtivistas e solidão acadêmica acabam sendo traduzidas em diagnósticos individuais, como ansiedade,

depressão ou transtornos adaptativos. Com isso, desloca-se o foco do contexto social para o indivíduo, que passa a ser responsabilizado por não dar conta das exigências impostas. A cena do cartaz no SPA torna-se exemplar dessa lógica: em vez de mobilizar recursos internos de acolhimento ou construir articulações institucionais mais amplas, a universidade oficializa a impossibilidade de agir, delegando o problema a outros serviços, reforçando a ideia de que o sofrimento estudantil deve ser medicalizado e tratado fora de seus muros.

O desafio que se coloca, portanto, é pensar em práticas clínicas ampliadas, isso implica em questionar os próprios limites institucionais e construir dispositivos que possibilitem acolher a urgência não apenas como emergência médica, mas como chamado à invenção de novos modos de cuidado. Nesse sentido, experiências grupais, narrativas coletivas e espaços de construção compartilhada são estratégias de enfrentamento, as quais podem se apresentar como alternativas potentes ao ampliar as práticas de cuidado no campo da saúde mental na universidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso desta pesquisa reafirma a urgência de repensar a saúde mental na universidade para além de uma abordagem individualizante, reconhecendo-a como fenômeno atravessado por fatores institucionais, sociais, históricos e políticos. Ao longo do estudo, evidenciou-se que o sofrimento psíquico de estudantes não se limita a questões pessoais ou patológicas, mas está imbricado em estruturas que moldam os corpos, os sujeitos e suas possibilidades de pertencimento e realização. Nesse sentido, uma perspectiva ampliada da clínica e os dispositivos grupais surgem como estratégias fundamentais para produzir cuidado e conhecimento em dimensões coletivas, desafiando modos tradicionais de atenção pautados no isolamento, na neutralidade e na hierarquia rígida.

As experiências nos grupos de acolhimento e no GASEE demonstraram que o coletivo é central para a construção de sentido, resistência e transformação. A circulação das falas, a escuta compartilhada e o estabelecimento de redes de apoio mostram que a coletividade não é apenas um recurso metodológico, mas uma potência clínica capaz de criar vínculos, fortalecer a agência e favorecer modos de enfrentamento diante das pressões da vida acadêmica. A imersão da pesquisadora no campo, ocupando simultaneamente os papéis de pesquisadora, psicóloga e estudante, evidenciou como as práticas clínicas se constituem como experiências implicadas, afetivas e atravessadas por tensões que desafiam a separação entre sujeito e instituição, experiência individual e coletivo, teoria e prática.

No centro desta pesquisa, a noção de narrativas coletivas se revela como eixo fundamental das experimentações clínico-grupais, oferecendo caminhos para a construção de sentidos compartilhados e modos de cuidado integrados. As experiências nos grupos com universitários demonstram que, ao permitir a circulação das falas, a escuta mútua e a criação conjunta de relatos sobre vivências acadêmicas e pessoais, emerge um espaço de invenção coletiva que transcende a dimensão individual. Nesse processo, cada enunciação é atravessada pelo coletivo, possibilitando que histórias, afetos e saberes se entrelacem, gerando novas compreensões sobre a vida universitária, sobre os desafios do adoecimento psíquico e sobre formas de resistência frente práticas institucionais excludentes. Assim, a construção de narrativas coletivas na universidade se configura não apenas como método de intervenção clínica, mas como prática de criação

de conhecimento, fortalecimento de vínculos e transformação social, alinhando-se diretamente ao propósito central desta dissertação: evidenciar o potencial das experiências grupais para produzir cuidado, pertencimento e agência em contextos acadêmicos.

A articulação com perspectivas decoloniais e com os saberes dos povos originários, afrobrasileiros, ampliou a compreensão da produção de conhecimento como experiência compartilhada. As narrativas coletivas emergem como ferramentas de cuidado e resistência, configurando-se como práticas que tensionam a hegemonia do saber branco academicista, reconhecem múltiplas formas de existência e reafirmam a importância das relações comunitárias implementando estratégias de suporte a saúde mental na universidade. Nesse sentido, cuidar e produzir conhecimento se tornam práticas inseparáveis, atravessadas por questões de poder, pertencimento e agência.

Do ponto de vista metodológico, a Cartografia e o diário de campo mostraram-se instrumentos que permitem acompanhar processos e intensidades, mapear agenciamentos e registrar a complexidade das experiências coletivas. Ao privilegiar o acompanhamento e a implicação no campo, a pesquisa revela-se como prática que não se limita à descrição de dados, mas busca compreender os movimentos, as pausas e os desvios que configuram o território universitário e os modos de subjetivação nele presentes.

Em termos de implicações políticas, o estudo evidencia que a universidade precisa se engajar em práticas de cuidado coletivo que reconheçam e valorizem a diversidade de sujeitos e saberes. A saúde mental estudantil, portanto, não é apenas um campo de atenção clínica, mas um espaço de questionamento sobre as práticas institucionais, a produção de conhecimento e a construção de políticas públicas que promovam inclusão e pertencimento.

Assim, esta dissertação contribui para uma reflexão mais ampla sobre a clínica, a pesquisa e o cuidado na universidade, indicando que a construção de espaços coletivos de escuta e vínculo é um elemento transformador capaz de resistir às práticas individualistas e excludentes. Ao problematizar o sofrimento psíquico como fenômeno coletivo e institucional, o estudo reforça a necessidade de repensar a universidade como território de experimentação social, epistemológica e afetiva, em que cuidado e conhecimento se transversalizem, criando possibilidades de modos de existir mais integrados e plurais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, Johnny; PASSOS, Eduardo. Cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (Orgs.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto alegre: Sulina, 2012, p. 131-149.

BARROS, Regina Duarte Benevides de. Grupo e produção. In: LANCETI, A. *Saúde e Loucura*. n. 4. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2018. p. 145-154.

BEZERRA, Benilton Jr. Grupos: cultura psicológica e psicanálise. In: LANCETI, A. *Saúde e loucura*. n. 4. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2018. p. 129-144.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. *Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS*. Clínica Ampliada e compartilhada. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. p. 64.

CARVALHO, José Jorge de; KIDOIALE, Makota; CARVALHO, Emílio Nolasco de; COSTA, Samira Lima da. Sofrimento psíquico na universidade, psicossociologia e *Encontro de saberes*. Revista Sociedade e Estado – Volume 35, Número 1, Janeiro/Abril 2020.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Trad. Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DELEUZE, Gilles. Rachar as coisas, rachar as palavras. In: *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed.34, 1992.

DELEUZE, Gilles. *Lógica do sentido*. Trad. Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo, Perspectiva, 1974.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. Acerca do ritornelo. Em *Mil Platôs*. Capitalismo e esquizofrenia, v. 4. São Paulo: Editora 34, 1997, p. 115-170.

ESCOSSIA, L.; TEDESCO, S. O coletivo de forças como plano da experiência cartográfica. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa- intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 92-108.

EVARISTO, Conceição. A Escrivivência e seus subtextos. IN: DUARTE, C.L. e NUNES, I.R. *Escrivivência: a escrita de nós. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS (FONAPRACE). Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior. Brasília: FONAPRACE, 2019.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. 13ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

GIL, José. *O medo*. Texto 01. Série Pandemia Crítica. Lisboa: Ed. N-1, 2020. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2020/03/15/sociedade/ensaio/medo-1907861>>. Acesso em: out. 2020.

GUATTARI, F. *Psicanálise e Transversalidade: ensaios de análise institucional*. Aparecida, São Paulo: Idéias & Letras, 2004.

GUATTARI, F. *Micropolítica: Cartografias do Desejo*. Petrópolis: Vozes, 1999

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

GUATTARI, Félix. *Revolução Molecular*, p 30-31

HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. A tradição viva. In: KIZERBO, J. *História Geral da África Metodologia e pré-história*. São Paulo: Ática, 1982.

KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. O conceito de coletivo como superação da dicotomia indivíduo-sociedade. *Psicol. Estud.*, v. 10, n. 2, p. 295-304, 2005.

MACHADO, Yane Ferreira. *Saúde mental na Universidade: Cartilha Informativa*. Juazeiro do Norte: Universidade Federal do Cariri, 2020. p. 34.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. *Pistas do Método Cartográfico – Pesquisa-Intervenção e Produção de Subjetividade*. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2015. v. 4. p. 207.

RAUTER, Cristina. Clínica e violência: construções e problematizações para uma clínica do contemporâneo. In: TEDESCO, Silvia; NASCIMENTO, Maria Livia. *Ética e subjetividade: novos impasses no contemporâneo*. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2009. p. 60-73.

RAUTER, Cristina. Clínica Transdisciplinar: Afirmção da multiplicidade em Deleuze/Spinoza. *Revista Trágica: estudos de filosofia da imanência – 1º quadrimestre de 2015 – Vol. 8 – nº 1*

SANTOS, Abrahão de Oliveira. A retomada dos saberes e a construção de epistemologias negro-pindorâmicas. In: Abrahão de Oliveira Santos (Org.). *Saberes plurais e epistemologias aterradas: Caminhos de Pesquisa na Psicologia e Ciências Humanas*. Niterói: EDUFF, 2020. p. 14-26.

SANTOS, Dina Maria Rosário. Territórios existências e narrativas de trajetórias escolares. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica*, Salvador, v. 01, n. 02, p. 356-369, maio/ago. 2016

TEDESCO, Silvia; SAAD, Christian; CALIMAN, Luciana Vieira. A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. *Revista Fractal*, v. 25, n. 2, p. 299-322, 2013.

TEDESCO, Silvia. Estilo-Subjetividade: O Tema da criação nos estudos da psicologia da Linguagem. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v.6, n.1, p. 29-38, jan/fev.2001.

TEDESCO, Silvia. Mapeando o domínio de estudos da Psicologia da Linguagem: por uma abordagem pragmática das palavras. In: Kastrup, V; Tedesco, S; Passos, E. *Políticas da Cognição*. Porto Alegre: Sulina, p.21-45, 2008.

TEDESCO, Silvia. Linguagem: representação ou criação. In: Kastrup, V; Tedesco, S; Passos, E. *Políticas da Cognição*. Porto Alegre: Sulina, p.113-135, 2008.

TEDESCO, Silvia. Modos de resistência nas redes linguísticas. In: Araújo Lima, E.; Leite J.; Aragon L. E, (Org.). *Subjetividade contemporânea: desafios teóricos e metodológicos*. Curitiba: CRV, v. 1, p. 165-177, 2010.

TEDESCO; BISPO; COSTA. Todo mundo sabe que a universidade adoece. *Educação em Foco*, ano 25, n. 47 – Setembro/Dezembro, 2022.

TORRES, Nelson Maldonado. Transdisciplinaridade e decolonialidade. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 75-97, 2016.

(ver autores). A juventude universitária na contemporaneidade: a construção de um serviço de atenção em saúde mental para estudantes. *Mental* - v. 11 - n. 21 - Barbacena-MG - Jul-Dez 2017 - p. 356-377